

A POLÍTICA MARROQUINA DE D. JOÃO II

A PROPÓSITO DO EPISÓDIO DA GRACIOSA

THE MOROCCAN POLICY OF KING JOÃO II

THE GRACIOSA INCIDENT

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

ANTÓNIO MANUEL LÁZARO

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho / Lab2PT, Laboratório de Paisagens, Património e Território

*A los pies de gran don Iuan,
que en el popular gouierno,
y militar diciplina,
el mundo tiene suspenso,
Ya le va siruiendo el oro,
de tantos descubrimientos
en los Reynos, donde el Sol
produze los hombres negros,
Ya el Africa està temblando,
Fez, Tarudante, y Marruecos,
ya los Montesclaros haze
obscuro su nombre el miedo.*

Lope de Vega,
Comedia Famosa del Principe Perfeto, fl. 130

No ano que se seguiu à publicação da célebre obra de Frei Serafim de Freitas, *De Ivsto Imperio Lvsitanorum Asiatico* (Freitas, 1625), Cristóvão Ferreira e Sampaio, autor português sobre o qual pouco se sabe (Silva, 1859, p. 69; Silva, 1870, p. 67), publica, em Madrid, a obra intitulada: *Vida y Hechos del Principe Perfeto Don Ivan Rey de Portvgal segvndo deste nombre*. Nesta obra, produzida no contexto de uma profunda crise ibérica, da qual a obra do célebre juriconsulto supra-mencionado também é expressão, Cristóvão Ferreira e Sampaio, regressando ao passado, empenhou-se

In the year following the publication of the famous book written by Friar Serafim de Freitas, *De Ivsto Imperio Lvsitanorum Asiatico* (Freitas, 1625), Cristóvão Ferreira e Sampaio, a Portuguese author about whom little is known (Silva, 1859, p. 69 e Silva, 1870, p. 67), published in Madrid a book titled *Vida y Hechos del Principe Perfeto Don Ivan Rey de Portvgal segvndo deste nombre*. In this work, produced in the context of a profound Iberian crisis, also reflected in the aforementioned writings of the famous juriconsult Serafim de Freitas, Cristóvão Ferreira e Sampaio, returning to

em exaltar as qualidades e virtudes do *Príncipe Perfeito*. A propósito deste e das suas opções ultramarinas, o autor diz o seguinte:

Viendo Don Iuan ya pacífico y libre de guerras su Reyno, por las pazes confirmadas con Castilla, Ingalaterra, y Francia, y que las de Africa no deuian proseguirse en la manera que el Rey don Alfonso su padre las auia comenzado : porque las fuerças que ya tenia en ella eran bastantes a detener las de los Barbaros, a que no pudiesen intentar, ni mouer guerra a las fronteras de España, por no entorpecer el animo de sus vassallos con el ocio, quiso emplear su valor y poder en la prosecucion de las gloriosas conquistas del Infante don Enrique su tio, que por sa muerte quedaron casi suspendidas. (Sampayo, 1626, fl. 43)

Ou seja, por outras palavras, o autor identifica D. João II não só como herdeiro do projeto expansionista henriquino, mas como o protagonista de uma inflexão político-estratégica que o levou a abandonar o cenário privilegiado pelo seu pai, como é sabido, o Norte de África. Aliás, no mesmo sentido, afigura-se interessante assinalar que este autor, ao longo de toda a sua obra, omitindo qualquer referência a acontecimentos que se desenrolaram no Norte de África ao tempo de D. João II, faz apenas menção, a propósito da presença em Portugal de um nobre francês ao qual chama "Monsieur de Leon" – entenda-se René de Châteaubriand (Cenival, 1934a, p. 27-37) –, a que este "se le ofrecio para acompañarle y servirle en las guerras de Africa com trezientas lanzas a su costa: Viuia el Rey don Iuan ya muy ageno de semejantes empresas por sus continuas enfermedades" (Sampayo, 1626, fl. 79v).

Alguns séculos volvidos, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, na sua obra, publicada postumamente, *O Príncipe Perfeito*, caracterizando as opções estratégicas do referido príncipe no que concerne à política ultramarina, afirma:

O que restava pois, querendo salvar para a nação um ideal inspirador? Voltar-se Portugal mais uma vez para o Oceano. Realizar os planos do Infante Navegador. Prosseguir por outra fôrma no pensamento primario de D. Affonso V, substituindo ás guerras de Marrocos as descobertas e viagens em busca do Oriente, realizando a conquista da Costa da Mina, da Guiné e do Congo, descobrindo Angola, dobrando o cabo Tormentoso, voltado em Boa Esperança, organisando finalmente as expedições por terra á India, e a expedição maritima de Vasco da Gama, primordio feliz da conquista do Oriente. (Martins, 1896, p. 38)

Curiosamente, tal como Cristóvão Ferreira e Sampaio, Oliveira Martins não só identifica uma inflexão na política ultramarina ao tempo de D. João II como também entendeu fazer desaparecer, quase por completo, as iniciativas promovidas por este no Norte de África, não

the past, was committed to exalting the qualities and virtues of the *Príncipe Perfeito* (The Perfect Prince). Regarding the Prince and his overseas choices, the author says the following:

King João saw his kingdom at peace and free of wars, following the peace treaties signed with Castile, England and France. Moreover, the African enterprise should not be continued in the manner of his father, King Afonso, because the forces already deployed in Africa were enough to stop any Barbary forces from attempting to take war to the borders of Spain. Thus, to ensure that the spirit of his vassals would not soften as a result of idleness, King João intended to employ their valour and power in the pursuit of the glorious achievements of his uncle, the Infante Dom Henrique, which were almost suspended after his death. (Sampayo, 1626, fl. 43)

In other words, the author identifies King João II not only as the heir of the expansionist project of Prince Henrique (Henry the Navigator), but also as the protagonist of a political and strategic inflexion that led him to abandon the well-known scenario privileged by his father, i.e. North Africa. Moreover, it is also interesting to note that this author only mentions the events that took place in North Africa at the time of King João II once, when referring to the presence in Portugal of a French nobleman called "Monsieur de Leon" – René de Chateaubriand (Cenival, 1934a, p. 27-37) – the author states that the latter "se le ofrecio para acompañarle y servirle en las guerras de Africa com trezientas lanzas a su costa: Viuia el Rey don Iuan ya muy ageno de semejantes empresas por sus continuas enfermedades" (Sampayo, 1626, fl. 79v).

Some centuries later, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, in his posthumously published work *O Príncipe Perfeito*, while characterizing the strategic options of the prince with regard to overseas policies, states:

What was then left, in terms of securing an inspiring ideal for the nation? Portugal's return to the Ocean. To fulfil the plans of the Infante Dom Henrique, the Navigator. To pursue the primary mind-set of King Afonso V in new ways, replacing the Moroccan wars by discoveries and voyages in search of the Oriente and conquering Costa da Mina, Guinea and Congo, discovering Angola, doubling the Cabo Tormentoso, renamed Cape of Good Hope, and finally organising land expeditions to India and the maritime expedition of Vasco da Gama, the fortunate beginning of the conquest of the Oriente. (Martins, 1896, p. 38)

Curiously enough, just like Cristóvão Ferreira e Sampaio, Oliveira Martins not only identifies an inflexion in the overseas policies at the time of King João II, but also decided to almost completely ignore the initiatives promoted by this king in North Africa, despite the fact

obstante as crônicas coevas a elas fazerem menção. Com efeito, ao longo de toda a sua obra, as únicas referências a esse cenário geográfico constam apenas do *Índice Chronologico*, no qual se pode ler: "Expedição de D. Diogo de Almeida a Marrocos" (Martins, 1896, p. XXIII), "Razzia do conde de Borba em Marrocos, de Arzilla a Alcacerquibir" e, na mesma página, "Estabelecimento frustrado da feitoria da Graciosa no rio de Larache, em Marrocos" (Martins, 1896, p. XXIV). A este propósito, desde logo, parece-nos interessante assinalar que o autor, ao enunciar os aludidos episódios, de alguma forma, parece querer desvincular o rei de qualquer responsabilidade nos dois primeiros, de natureza ostensivamente militar e, em relação ao último, quer dizer o caso da Graciosa, ao referir-se a "estabelecimento" e a "feitoria", conferir-lhe uma dimensão comercial.

Em qualquer caso, quer tratando-se de Ferreira e Sampaio quer de Oliveira Martins, afigura-se verdadeiramente insólito que estes autores, conhecendo profundamente e utilizando as crônicas coevas, quer dizer, as crônicas de Rui de Pina e de Garcia de Resende, obras nas quais a importância atribuída pelo *Príncipe Perfeito* ao projeto norte africano é deveras clara, tenham entendido não fazer menção ao assunto. Na verdade, em nosso entender, a única explicação plausível para tal opção parece residir, afinal, na percepção que estes autores, separados por mais de dois séculos, partilham sobre o significado da expansão portuguesa em geral e, em particular, no Norte de África. O primeiro, escrevendo num tempo, após a batalha de Alcácer Quibir, em que a presença portuguesa na região é claramente residual e o referido projeto entendido como fracassado, lê o sentido do mesmo apenas em função da preocupação dominante na sua época, a segurança da Península Ibérica. O segundo, entende a ocupação de Ceuta como parte de um plano henriquino mais vasto que visava alcançar, em última análise, o comércio das Índias (Martins, 1891, p. 54-55) e as conquistas que lhe sucederam na região como um erro, um sonho votado ao fracasso, como antecipadamente a clarividência do famigerado infante D. Pedro previra (Martins, 1891, p. 264-265). Aliás, a propósito do sentido atribuído pelo autor à expansão portuguesa no norte de África, nada melhor que as suas próprias palavras:

Contra uma opinião muito acceite, nós pensamos, pois, que a decisão de D. João III, abandonando as praças africanas, só peccou por serodia; e que Portugal nada tinha a esperar do seu dominio na Berberia, – desde que o destino o levava para o Oriente, e desde que era manifestamente provado não poder chegar-se lá por via de Marrocos. Incidente na nossa vida nacional, o dominio portuguez das praças do litoral d'África é apenas um episodio da grande historia das descobertas e conquistas ultramarinas; e o seu merecimento melhor foi o de servir de escola para os guerreiros da India, de estação de acclimação, – como hoje Malta ou Gibraltar para os inglezes. Para padrão das façanhas de Affonso V e das lançadas de

that they are referred to in the coeval chronicles. In fact, the only references to this geographical scenario included in his works are to be found only in his *Índice Chronologico*, which reads: "Expedição de D. Diogo de Almeida a Marrocos" (Martins, 1896, p. XXIII), "Razzia do Conde de Borba em Marrocos, de Arzilla a Alcacerquibir" and, on the same page, "Estabelecimento frustrado da feitoria da Graciosa no rio de Larache, em Marrocos" (Martins, 1896, p. XXIV). In this regard, it seems interesting to point out that this author, when referring to the aforementioned events, somehow seems to want to dissociate the king from any responsibility over the former two, of an ostensibly military nature while referring to the "establishment" and the "factory" in relation to the latter, the case of Graciosa, thus giving it a commercial dimension.

Anyway, both in the cases of Ferreira e Sampaio and Oliveira Martins, it seems truly unusual that these authors chose not to mention the subject. Indeed, both knew and used the coeval chronicles by Rui de Pina and Garcia de Resende, which clearly acknowledge the importance attributed by the *Príncipe Perfeito* to the North African project. In our view, the only plausible explanation for such an option seems to lie, after all, in the perception that these authors, separated by more than two centuries, share about the meaning of Portuguese expansion in general and particularly in North Africa. The former, writing after the battle of Ksar el-Kebir, when the Portuguese presence in the region was clearly residual and the aforementioned project was seen as a failure, interprets the meaning of this project only according to the dominant concern of his time, i.e. the security of the Iberian Peninsula. The latter understands the occupation of Ceuta as part of a broader plan aimed at ultimately reaching the commerce of the Indies (Martins, 1891, p. 54-55) and the ensuing conquests in the region as an error, a dream doomed to failure, as anticipated by the farsightedness of the infamous infant Dom Pedro (Martins, 1891, p. 264-265). As a matter of fact, regarding the meaning attributed by this author to the Portuguese expansion in North Africa, there is nothing better than his own words:

Against a commonly accepted view, we thus think that there was nothing wrong with King João's decision of abandoning the African strongholds excepting the fact that it was overdue. Portugal had nothing to expect from its domination of the Barbary, since the country's destiny was clearly the Oriente and it was definitely proven that it could not be reached via Morocco. An incident in our national life, the Portuguese domination of the African coastal strongholds is but an episode of the great history of the overseas discoveries and conquests. The greatest quality of the African enterprise was to serve as a school for the India warriors: an acclimatization station, like Malta or Gibraltar for the British nowadays. Otherwise, just to enhance the feats of King Afonso V or the spear thrusts of Lopo Barriga, it was not worth all

Lopo Barriga, não valia a pena que custou, ainda quando não fosse a causa da final catastrophe de D. Sebastião. (Martins, 1882, p. 185)

Autor de uma vasta obra cuja qualidade literária é notória, profundamente irrequieto, distribuindo-se por múltiplos interesses e ofícios, Oliveira Martins lançou sugestões e interpretações no domínio da História que, para o bem ou para o mal, chegaram até aos nossos dias. Efetivamente, muito embora as suas obras estejam já há muito confinadas às prateleiras das bibliotecas, o seu legado perdurou, inegavelmente, por vezes de forma subtil, através de várias figuras maiores da historiografia e do pensamento português contemporâneo, como António Sérgio, Jaime Cortesão ou Vitorino Magalhães Godinho (Serrão, 1985, p. 216).

O melhor exemplo da perenidade das propostas de Oliveira Martins, embora tenhamos que reconhecer que um tanto insólito, encontra expressão precisamente numa biografia de D. João II, aquela que publicou Manuela Mendonça. A autora, diga-se em abono da verdade, decidiu, logo à partida, “enveredar por outros aspectos, eventualmente menos conhecidos, mas não menos importantes da vida de D. João II” deixando a “actuação do rei neste campo” – entenda-se o da expansão ultramarina (Mendonça, 1995, p. 25-26) – pelo que as suas asserções neste domínio são manifestamente marginais. Contudo, aqui ou ali, deixa transparecer claramente que partilha de uma interpretação, como dissemos, na esteira de Oliveira Martins. Com efeito, num trecho de difícil compreensão, assinala que “A construção da fortaleza da Graciosa, projecto que, desde Tavira, acompanhou de perto e quis fazer vingar, dá a dimensão do seu sonho de domínio estratégico do interior africano” (Mendonça, 1995, p. 284). Noutro, igualmente obscuro, afirma:

Pensamos que D. João II se moveu, evidentemente, pelo sonho de dominar Marrocos lá bem no interior, onde se cruzavam algumas rotas comerciais e onde poderia ter em respeito, como dizem os cronistas, certos chefes mais aguerridos; este domínio do interior libertaria o litoral, permitindo uma maior facilidade nos empreendimentos que o monarca pretendia liderar. (Mendonça, 1995, p. 477)

Em qualquer caso, pelo que se entende, afigura-se que a autora sugere que o interesse do *Príncipe Perfeito* pelo Norte de África, rompendo com a tradição, estava vinculado ao seu desejo de controlar o comércio caravaneiro. Finalmente, um pouco mais à frente, referindo-se ao reconhecimento do espaço atlântico, a sua posição, como herdeira de Oliveira Martins, parece ser ainda mais clara ao afirmar: “a perseguição desse objectivo fez do monarca, no dizer de Joaquim Bensaúde o executor do grande plano das Índias, antes traçado por D. Henrique e posteriormente realizado por Afonso de Albuquerque” (Mendonça, 1995, p. 96-97).

the suffering involved, even if it hadn't been the cause of the final catastrophe of King Sebastião. (Martins, 1882, p. 185)

Oliveira Martins, who authored a vast work of remarkable literary quality, was profoundly restless, his activities spreading over multiple interests and trades. In the field of History, this author put forward suggestions and interpretations that, for better or worse, have reached our days. In fact, although his works have long been confined to the shelves of libraries, his legacy has undeniably lasted, sometimes in a subtle way, through several major figures of historiography and contemporary Portuguese thought, such as António Sérgio, Jaime Cortesão or Vitorino Magalhães Godinho (Serrão, 1985, p. 216).

The best example of the perennial nature of Oliveira Martins' proposals, although somewhat unusual, can be found precisely in a biography of King João II, published by Manuela Mendonça. As a matter of fact, this author decided, from the outset, “to engage in other aspects, possibly less known but not less important in the life of King João II”, leaving aside the “king's action in this field”, i.e. the overseas expansion (Mendonça, 1995, p. 25-26), so her assertions in this area are clearly marginal. However, it is clear, here and there, that she shares a certain interpretation, in the wake of Oliveira Martins, as mentioned before. In fact, in a passage that is rather difficult to understand, she points out that “The construction of the Graciosa fortress, a project that was closely followed and fostered by the king, from the town of Tavira, is an indication of the measure of his dream of strategic domination of the African interior” (Mendonça, 1995, p. 284). In another, equally obscure passages, she states:

We think that King João II was obviously driven by the dream of dominating Morocco well into the interior, where some trade routes intersected and where he could keep a number of fiercer leaders at bay, as the chroniclers say; this dominance of the interior would free the coast, allowing for greater ease in the undertakings that the monarch wanted to lead. (Mendonça, 1995, p. 477)

In any case, the author arguably suggests that, breaking with tradition, the *Príncipe Perfeito's* interests in North Africa were linked to his desire to control the caravan trade. Finally, a little further on, referring to the reconnaissance of the Atlantic space, her position, as a heiress of Oliveira Martins, seems to be even clearer when she says: “in the words of Joaquim Bensaúde, the pursuit of this objective turned the monarch into the executor of the great plan of the Indies, previously drawn by Dom Henrique and accomplished later on by Afonso de Albuquerque” (Mendonça, 1995, p. 96-97).

As opposed to Ferreira e Sampaio, who, as previously stated, makes no mention of episodes that occurred in North Africa at the time of King João II, Dom Agostinho Manuel de Vasconcelos (Vasconcelos,

Ao contrário de Ferreira e Sampaio que, como dissemos, não faz qualquer menção a episódios ocorridos no Norte de África ao tempo de D. João II, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos (Vasconcelos, 1639), seu contemporâneo e, mais tarde, Manuel Teles da Silva (Sylvio, 1689), ambos biógrafos do *Príncipe Perfeito*, não só não se esquecem de fazer referência ao assunto como lhe dão relevância.

O primeiro, desde logo, enumerando as iniciativas incluídas nas crônicas coevas, designadamente as seguintes: a submissão de Azamor [Azammūr] (Vasconcelos, 1639, p. 164), a expedição de Diogo Fernandes de Almeida (Vasconcelos, 1639, p. 186-188), a de Fernão Martins de Mascarenhas (Vasconcelos, 1639, p. 193-194), o episódio da Graciosa (Vasconcelos, 1639, p. 211-220), o ataque e destruição de Targa [Targha] (Vasconcelos, 1639, p. 244-245) e, a propósito das negociações que conduziram ao tratado de Tordesilhas, alude a tensões entre D. João II e os *Reis Católicos* suscitadas pela questão dos limites da área de influência portuguesa na *Berberia* e pelas intervenções castelhanas na região (Vasconcelos, 1639, p. 300-302 e 340), matéria sobre a qual, curiosamente, nem Rui de Pina nem Garcia de Resende dizem alguma coisa. Para além de tudo isso, note-se que D. Agostinho de Vasconcelos, referindo-se à conquista da *Berberia*, assinala, explicitamente, que “ardía el Rei en desseos de continualla, por no degenerar del intento del Rei Don Alfonso” (Vasconcelos, 1639, p. 164) e que, mais que uma vez, manifestou intenção de passar ao Norte de África *en persona* (Vasconcelos, 1639, p. 193 e 215). O segundo, Manuel Teles da Silva, ao aludir aos episódios mencionados antes, isto é, à expedição que se desenrolou nas imediações de Anafé [Anfā] (Sylvio, 1689, p. 240-242), à de Fernão Martins de Mascarenhas (Sylvio, 1680, p. 254-255), à Graciosa (Sylvio, 1689, p. 271-284) e à destruição de Targa (Sylvio, 1689, p. 314-315), procede do mesmo modo.

O mesmo acontece com alguns dos mais recentes biógrafos de D. João II, designadamente Elaine Sanceau e Luís Adão da Fonseca, tal como com os autores que se debruçaram, especificamente, sobre a expansão portuguesa no Norte de África, como é o caso de David Lopes, Bernard Rosenberger e António Dias Farinha, os quais, confrontados com a evidência das fontes narrativas coevas atribuírem importância ao assunto, não deixaram de lhe dar atenção.

Elaine Sanceau, aludindo à presença comercial em Safim [Aṣfī] e à submissão de Azamor, às relações cordiais entre o soberano português e o de Fez [Fās] e entre os capitães das praças e os alcaides mouros, dedica particular atenção ao episódio da Graciosa (Sanceau, 1959, p. 276-287). O seu entendimento daquilo que terá sido o envolvimento do *Príncipe Perfeito* com o projeto expansionista no Norte de África, confirmado pelos eventos que menciona, incorpora, contudo, um certo desconforto, o qual é evidente na forma como trata a matéria. Neste sentido, afigura-se desde logo interessante assinalar que a autora começa por afirmar:

1639), a contemporaneous author, and afterwards also Manuel Teles da Silva (Sylvio, 1689), biographers of the *Príncipe Perfeito*, not only do not forget to mention the subject but also lend it some relevance.

The former, by enumerating the initiatives included in the coeval chronicles, namely the following: the submission of Azemmour [Azammūr] (Vasconcelos, 1639, p. 164), the expeditions of Diogo Fernandes de Almeida (Vasconcelos, 1639, p.186-188) and Fernão Martins de Mascarenhas (Vasconcelos, 1639, p. 193-194), the Graciosa incident (Vasconcelos, 1639, p. 211-220), the attack and destruction of Targa [Targha] (Vasconcelos, 1639, p. 244-245); and, concerning the negotiations that led to the Treaty of Tordesillas, this author alludes to the tensions between King João II and the Catholic Kings, raised by the issues concerning the limits of the area of Portuguese influence in Barbary and the Castilian interventions in that region (Vasconcelos, 1639, p. 300-302 and 340), a matter not referred to by Rui de Pina or Garcia de Resende. In addition to all this, Dom Agostinho de Vasconcelos, referring to the conquest of Barbary, explicitly points out that “ardía el Rei en desseos de continualla, por no degenerar del intento del Rei Don Alfonso” (Vasconcelos, 1639, p. 164) and that, more than once, he expressed his intention of crossing to North Africa in person (Vasconcelos, 1639, p. 193 and 215). The latter, Manuel Teles da Silva, alluding to the episodes mentioned above, that is, to the expedition that took place near Anafé [Anfā] (Sylvio, 1689, p. 240-242), to Fernão Martins de Mascarenhas’ expedition (Sylvio, 1680, p. 254-255), to Graciosa (Sylvio, 1689, p. 271-284) and to the destruction of Targa (Sylvio, 1689, p. 314-315), did likewise.

The same is true of some of King João II's most recent biographers, namely Elaine Sanceau and Luís Adão da Fonseca, as well as of the authors who specifically focused on the Portuguese expansion in North Africa, such as David Lopes, Bernard Rosenberger and António Dias Farinha, who, confronted with the fact that coeval narrative sources attach importance to the subject, did not fail to address the matter.

Elaine Sanceau, referring to the commercial presence in Safi [Aṣfī] and the submission of Azemmour, to the cordial relations between the sovereigns of Portugal and Fez [Fās] and between the captains of the strongholds and the Moorish *alcaides*, devotes particular attention to the Graciosa incident (Sanceau, 1959, p. 276-287). Nevertheless, her perception of the *Príncipe Perfeito*'s involvement with the expansionist project in North Africa, confirmed by the events she mentions, incorporates a certain degree of discomfort, as evidenced by the way in which she addresses the subject. In this sense, it is interesting to note that this author begins by saying:

The Moroccan crusade was a family heritage. Since 1415, when King João I took three of his sons to the conquest of Ceuta and to thus obtain

A cruzada marroquina era herança de família. Desde 1415, quando D. João I levava três dos seus filhos à conquista de Ceuta e, assim, a alcançarem as esporas de cavaleiros, sempre fora tradição dos infantes de Portugal combater em África, e os reis seus sucessores achavam da sua obrigação continuar-se a conquista. (Sanceau, 1959, p. 276)

Um pouco mais à frente, no mesmo sentido, ao acrescentar "Que pensava D. João II, a cabeça mais equilibrada e inteligente de toda a sua brilhante família, a respeito da conquista de Marrocos, que os seus antepassados lhe haviam legado?" (Sanceau, 1959, p. 277), sugere que tal empresa não passava de uma inevitabilidade a que o *Príncipe Perfeito* não pudera escapar. Por outro lado, ao fazer menção a que "A gente baixa considerava com frieza essas empresas. Marrocos não era necessário à economia nacional", mas que, porém, D. João II "Estava resolvido a continuá-la por todos os meios ao seu alcance. Não era de temperamento romanesco, como Afonso o *Africano*, mas nutria altos ideais quanto ao prestígio da realeza." (Sanceau, 1959, p. 277), sugere que, afinal, o dito empenhamento se justificava por razões políticas alheias à dita empresa. A propósito do episódio da Graciosa, começa por assinalar

como os seus antecessores, D. João II falava, muitas vezes, de passar à África à frente duma grande expedição. Seria difícil saber ao certo se tudo quanto ele dizia não passava de mero expediente para meter medo aos mouros, ou se na realidade era o sonho de um homem ainda novo e activo. [Um pouco mais à frente, acrescenta que] apesar de homem prático, D. João não deixou de ser afectado pela miragem norte-africana, que tantas vezes seduzira a geração anterior. (Sanceau, 1959, p. 281)

Finalmente, conclui, referindo-se aos portugueses então sitiados: "Talvez o pai de D. João insistisse por que se levasse o caso por diante e se obrigasse a levantar o cerco à ponta de espada. Mas o filho de Afonso o *Africano* era realista. A Graciosa demonstrava ser um erro." (Sanceau, 1959, p. 286). Ou seja, no essencial, Elaine Sanceau sugere que o interesse de D. João II pela empresa norte africana, reduzido pela autora ao episódio da Graciosa, não era genuíno, o que, como é evidente, não só diminui o ónus do fracasso como o converteu, ao fim e ao cabo, num mero acidente de percurso.

Aliás, nesse mesmo sentido, parece também apontar um outro autor que, mais recentemente, se debruçou sobre a figura de D. João II: referimo-nos a Joaquim Veríssimo Serrão. Este, numa obra de natureza distinta, quer dizer, na sua monumental *História de Portugal*, sob o título "Novas intervenções em Marrocos", começa por afirmar que "D. João II defendeu a presença dos nossos castelos em Marrocos" (Serrão, 1979, p. 108), aduzindo alguns dados que comprovam tal afirmação. Um pouco mais à frente, muito embora contemple uma alusão à expedição nas imediações de Anafé, em 1487 – à qual se refere como um "insucesso militar" –,

their knighthoods, it was always a tradition of the Portuguese infantes to fight in Africa, and the king's successors felt it was their duty to continue the conquest. (Sanceau, 1959, p. 276)

A little further on, she suggests that such a venture was nothing more than an inevitability that the *Príncipe Perfeito* could not evade, by asking "What did King João II, the most balanced and intelligent person from an altogether brilliant family, think about the conquest of Morocco that his ancestors had bequeathed to him?" (Sanceau, 1959, p. 277). On the other hand, she suggests that, after all, the king's commitment was justified by political reasons unrelated to the said undertaking, by mentioning that "The lower people regarded these undertakings with coldness. Morocco was not necessary for the national economy", but that, however, King João II "was determined to persevere in it by all the means at his disposal. He was not of Romanesque temperament, as Afonso o *Africano*, but he nurtured high ideals concerning the prestige of royalty." (Sanceau, 1959, p. 277). With regard to the Graciosa incident, the author begins by pointing out that

King João II often spoke of crossing to Africa at the head of a great expedition, like his predecessors did. It would be difficult to know for sure if everything he was saying was nothing more than a mere expedient to frighten the Moors, or if in reality it was the dream of a man who was still young and active. [A little further on, she adds that] despite being a practical man, King João II was not unaffected by the North African mirage, which had so often seduced the previous generation. (Sanceau, 1959, p. 281)

Finally, she concludes by referring to the Portuguese who were besieged at the time: "Perhaps King João II's father insisted that the case should be taken forward and that the siege should be broken by the sword. But the son of Afonso o *Africano* was realistic. Graciosa proved to be a mistake." (Sanceau, 1959, p. 286). In other words, and in essence, Elaine Sanceau suggests that King João II's interest in the North African enterprise, which the author limits to the Graciosa incident, was not genuine, which of course not only reduces the burden of failure but also converts it, after all, into nothing more than a minor setback.

More recently, yet another author also seems to share this point of view: Joaquim Veríssimo Serrão, who also focused on the figure of King João II, in a work of a different nature, i.e. his monumental *História de Portugal*. Under the heading "Novas intervenções em Marrocos", this author begins by stating that "King João II supported the presence of our castles in Morocco" (Serrão, 1979, p. 108), adducing some data that confirm his statement. A little further on, although he included an allusion to the expedition around Anafé in 1487 – which he refers to as a "military failure" – preceded by a mention to

precedida da menção à submissão de Azamor e presente uma breve descrição do episódio da Graciosa, conclui que: "Não pode todavia afirmar-se que houve uma política de guerra africana de D. João II, antes o desejo de dominar política e comercialmente o Magrebe sem recurso à força ostensiva que fora a constante do seu progenitor" (Serrão, 1979, p. 109).

Entre aqueles que não fugiram ao que dizem as fontes coevas, destaca-se, inquestionavelmente, Luís Adão da Fonseca, autor da mais recente biografia de D. João II. Este, começa desde logo por afirmar que "na década dos anos 80, D. João II põe em prática um ambicioso plano de intensificação da presença portuguesa em Marrocos" (Fonseca, 2005, p. 83). A propósito do assunto, para além de se referir ao caso de Azamor, enumera algumas das expedições que se desenrolaram no Norte de África ao longo desse período, designadamente a expedição de Diogo Fernandes de Almeida, a da Graciosa e a de Targa (Fonseca, 2005, p. 83-86). Finalmente, conclui que se é certo que o dito príncipe nutria um interesse comercial pela região (Fonseca, 2005, p. 84), "nestes anos finais da década dos anos 80, o plano marroquino de D. João II, embora não tenha tido sequência, apresenta uma forte componente militar" (Fonseca, 2005, p. 85).

Como dissemos antes, entre os historiadores que seguem a tradição de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, o que não é de estranhar pois todos eles se dedicaram ao estudo da presença portuguesa no Norte de África, destacam-se David Lopes, Bernard Rosenberger e António Dias Farinha.

O primeiro, tão prolixo noutras ocasiões, no texto que publicou em 1937 faz apenas menção à submissão de Azamor (Lopes, 1937, p. 163) e ao episódio da Graciosa (Lopes, 1937, p. 153-154), apontando, com alguma razoabilidade, que "O tratado de paz, por vinte anos, feito por seu pai com Mulei Xequê e, mais que isso, sem dúvida, a grave crise política interna estorvaram durante êsses anos qualquer actividade de expansão em Marrocos" (Lopes, 1937, p. 153).

Aliás, o autor, na obra que publicara poucos anos antes, estendendo-se mais, nomeadamente em torno da questão da localização da Graciosa e sobre detalhes da expedição, pouco mais diz (Lopes, 1931, p. 150-153). Em qualquer caso, afigura-se claro que o autor, justificando a inexistência de outras iniciativas, admite que D. João II tenha nutrido interesse pelo projeto norte africano.

O segundo, num artigo intitulado "La croisade africaine et le pouvoir royal au Portugal au XV^e siècle", muito embora cometa um equívoco ao afirmar: "Il n'entrepenne rien au Maroc, à l'exception en 1489 d'une tentative d'établissement d'une forteresse à l'embochure du Lukkus" (Rosenberger, 1993, p. 342), chama a atenção para algo particularmente relevante, indissociável do crescente interesse comercial por esse cenário, a articulação entre essa região e o litoral

the submission of Azemmour and a brief description of the Graciosa incident, he concludes that: "It cannot be said that King João II actually had an African war policy, but rather the desire to politically and commercially dominate the Maghreb without resorting to ostensive force, as his father constantly did" (Serrão, 1979, p. 109).

Luís Adão da Fonseca, the author of the most recent biography of King João II, clearly stands out among those who have not shied away from what the coeval sources say. This author begins by stating that "in the 80s decade, King João II put into practice an ambitious plan to intensify the Portuguese presence in Morocco" (Fonseca, 2005, p. 83). Regarding this subject, besides referring to the case of Azemmour, Fonseca enumerates some of the expeditions that took place in North Africa during this period, namely the expeditions of Diogo Fernandes de Almeida, Graciosa and Targa (Fonseca, 2005, p. 83-86). Finally, he concludes that if it is true that the said prince had a commercial interest in the region (Fonseca, 2005, p. 84), "in these final years of the 80s decade, the Moroccan plan of King João II shows a strong military component, even though it did not succeed" (Fonseca, 2005, p. 85).

As we said before, among the historians who follow the tradition of Dom Agostinho Manuel de Vasconcelos we would highlight David Lopes, Bernard Rosenberger and António Dias Farinha, which is not surprising since they all addressed the study of the Portuguese presence in North Africa.

The former, so verbose on other occasions, only mentions the submission of Azemmour (Lopes, 1937, p. 163) and the Graciosa incident (Lopes, 1937, p. 153-154) in his 1937 publication, pointing out, not unreasonably, that "The twenty-year peace treaty between his father and Muḥammad al-Shaykh, and undoubtedly also the serious internal political crisis, hindered any expansionist activities in Morocco during these years" (Lopes, 1937, p. 153).

In fact, the same author says little more in his previously published work, in which he addresses some issues in more detail, namely the location of Graciosa and the details of the expedition (Lopes, 1931, p. 150-153). In any case, it is clear that this author, justifying the lack of other initiatives, admits that King João II had taken an interest in the North African project.

Rosenberger, in an article entitled "La croisade africaine et le pouvoir royal au Portugal au XV^e siècle", draws attention to something particularly relevant, inseparable from the growing commercial interest in this scenario, i.e. the connection between this region and the African coast (Rosenberger, 1993, p. 343). Still, he made a mistake when he stated: "He [the king] did not develop any initiatives in Morocco, excepting the 1489 attempt to establish a fort at the mouth of the Lucus" (Rosenberger, 1993, p. 342). Actually, this matter had already been addressed by Robert Ricard in 1936 (Ricard, 1955, p. 81-114).

africano (Rosenberger, 1993, p. 343). Aliás, a este propósito, convirá assinalar que o assunto já havia sido objeto da atenção de Robert Ricard em 1936 (Ricard, 1955, p. 81-114).

O último autor, António Dias Farinha, não obstante só fazer menção ao acordo com os mouros de Azamor e ao caso da Graciosa, reforça sobremaneira a ideia de um empenhamento de D. João II no referido projeto expansionista, ao afirmar: "Permanecia o plano expansionista para o Norte de África, revelado, entre tantos exemplos, pela confissão de Diogo de Gouveia de que D. João II o mandara como bolseiro a Paris para aí estudar Teologia e vir a rezar missa na Mesquita de Fez." (Farinha, 1999, p. 23).

*

No quadro da política expansionista de D. João II, o episódio da Graciosa reveste-se de uma certa novidade. Tratou-se de uma expedição militar de alguma envergadura, diretamente acompanhada pelo próprio monarca, o qual chegou mesmo a admitir deslocar-se a África, ao comando de armada de maiores dimensões. Mas a grande inovação residiu no objetivo deste empreendimento. Assim, ao contrário de campanhas anteriores promovidas pelos seus antecessores ao longo do século XV, confinadas a ações militares em espaços ribeirinhos, o projeto de D. João visava a construção de uma fortaleza e criação de um aglomerado populacional terras adentro do território norte marroquino. Localizada no fecho sul do chamado "Algarve de Além-Mar", a montante da foz do rio Lucos, entre Larache [al-'Arā'ish] e Alcácer Quibir [al-Ḳaṣr al-Kabīr], esta posição avançada visava servir de base de apoio a futuras investidas no interior, nomeadamente Alcácer Quibir, abrindo caminho para Fez ou, pelo menos, alargar aos territórios circunvizinhos a área de tributação das populações locais aos portugueses. Acresce, por outro lado, não se tratar propriamente de uma ação armada de conquista ou razia de uma povoação, mas antes da ocupação de um território, para aí criar, de raiz, uma vila fortificada.

Curiosamente, no respeitante à informação sobre este episódio que, em última análise, resultou numa iniciativa fracassada, ela não se confina às fontes narrativas, como acontece com expedições militares anteriores, seja a conquista de Ceuta, o desastre de Tânger [Ṭandja], a conquista de Alcácer Ceguer [al-Ḳaṣr al-Ṣaghīr] e de Arzila [Aṣīla], para já não falarmos de tantas outras expedições de pequena dimensão. Estas fontes, em especial as crónicas de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina, de indiscutível importância, comportam, contudo, óbvias limitações, desde logo, não são coevas dos acontecimentos, e por outro lado, indissociável da sua natureza, incluem uma intenção explícita de exaltação do feito ou de justificação do fracasso. Ora, no que à Graciosa se refere, além das fontes narrativas portuguesas, sobretudo as crónicas de D. João II de Rui de Pina e de Garcia de Resende, e de parcas fontes de inspiração marroquina

António Dias Farinha, although he only mentions the agreement with the Moors of Azemmour and the case of Graciosa, strongly reinforces the idea of King João II's commitment in the expansionist project by stating: "The expansionist plan for North Africa still existed, which is revealed, among many other examples, by Diogo de Gouveia's confession that King João II had sent him to Paris as a scholarship holder, to study theology and thus be able to pray Mass at the Fez mosque" (Farinha, 1999, p. 23).

*

Within the framework of King João II's expansionist policy, the Graciosa incident was novelty to some degree. This was a military expedition of some magnitude, directly overseen by the monarch himself, who even considered traveling to Africa, in command of a larger armada. But the great innovation was the objective of this enterprise. Unlike previous campaigns promoted by his predecessors throughout the 15th century, confined to military actions in riverine spaces, King João II's project aimed to build a fortress and create a settlement within the northern Moroccan territory. Located at the southern end of the so-called "Algarve de Além-Mar" (lit.: overseas Gharb), upstream of the mouth of the river Lucus, between Larache [al-'Arā'ish] and Ksar el-Kebir [al-Ḳaṣr al-Kabīr], this advanced position was intended to serve as a support base for future inland attacks, namely Ksar el-Kebir, paving the way for Fez or at least extending the taxation of local populations to the surrounding territories. On the other hand, this was not exactly an armed action of conquest or razzia against some village, but rather the occupation of a territory, in order to create a fortified town from scratch.

Interestingly, the information concerning this incident, which ultimately resulted in a failure, is not confined to narrative sources, as in the case of previous military expeditions, such as the conquest of Ceuta, the Tangiers [Ṭandja] disaster, the conquest of Ksar es-Seghir [al-Ḳaṣr al-Ṣaghīr] and Asilah [Aṣīla], not to mention many other small scale expeditions. These sources, particularly the chronicles of Gomes Eanes de Zurara and Rui de Pina, of unquestionable importance, do, however, have obvious limitations, since they are not contemporaneous to the events, and on the other hand, include an explicit intention to exalt the fact or to justify the failure, which is intrinsic to their nature. As far as Graciosa is concerned, numerous documents have reached our days, in addition to the Portuguese narrative sources, especially the chronicles of King João II by Rui de Pina and Garcia de Resende, and some scarce sources of Moroccan inspiration or even Moroccan, such as Leo Africanus and Mármol Carvajal or al-Karāsī. This allows us to know the details and phases of the expedition with remarkable accuracy and security, namely the names and type of the vessels, the names of their captains, the profile and number of the embarked men, the supplies carried on board etc., as

ou mesmo marroquinas, como Leão Africano e Marmol Carvajal ou al-Karāsī, chegaram até nós inúmeros documentos coevos que nos permitem conhecer com notável rigor e segurança os contornos e fases da expedição, designadamente o nome das embarcações e a sua tipologia, os nomes dos capitães, o perfil e número dos homens embarcados, os mantimentos que transportavam a bordo etc., assim como retificar ou precisar datas. Documentação na sua maioria relativa às ordens de fornecimento de biscoito às armadas saídas de Portugal, publicada por A. Braamcamp Freire em 1915.

O cruzamento de toda esta informação permite-nos alinhar as etapas fundamentais do episódio Graciosa, ou seja, uma primeira fase de instalação e lançamento dos alicerces de uma fortaleza e uma segunda fase de socorro e evacuação. Vejamos.

No seguimento da bula de cruzada *Ortodoxae Fidei*, de 18 de fevereiro de 1486, D. João II decidiu continuar a guerra em África, levado, segundo as suas próprias palavras em carta ao Papa Inocêncio VIII, “por uma impulsão hereditária” (De Witte, 1958, p. 95). Graças a esta bula, arrecadou elevadas quantias provenientes de rendas e tributos eclesiásticos, período em que, deduz-se, mandou descobrir e sondar o rio Lucos (rio de Larache), tendo em vista construir a supracitada fortificação, a que chamou Graciosa. O empenho pessoal do rei neste empreendimento é atestado não só pelo facto de, escreve Rui de Pina, para ele ter avançado “sem conselho e contra conselho”, mas também pela circunstância de, durante os meses em que se desenrolou (entre março e princípios de setembro de 1489), se ter deslocado com a corte para Tavira, para daí acompanhar mais de perto todo o processo.

Assim, uma primeira armada é enviada, não em inícios de julho como dizem os cronistas, mas nos fins de fevereiro ou primeiros dias de março de 1489. Um pequeno contingente de 160 homens, 120 dos quais embarcados no reino em quatro navios (30 em cada *taforeia*), e os restantes 40 (20 cavaleiros e 20 peões) recolhidos em Arzila por onde passou a armada. Como capitão desta armada ia Gaspar Jusarte, designado também capitão da futura fortaleza. Se bem que não se conheçam as instruções dadas pelo rei, deduz-se ser sua missão lançar os fundamentos de uma fortificação, por isso, escreve Garcia de Resende, levaram “muita pedra e madeira lavrada, muito tijolo, e cal, e ferramentas, e todas as coisas necessárias em grande abundância” (Resende, 1994, p. 277).

A pequena dimensão do empreendimento poderá ter explicação, como asseveram os cronistas, na convicção de D. João II de “em quaisquer afrontas que dos mouros sobreviessem, se poderia pelo rio socorrer e prover, cuidando que o dito rio [Lucos] se navegaria em todo o tempo com caravelas e navios” (Pina, 1977a, p. 957). Não é todavia de rejeitar a hipótese de o monarca português, no intuito de aproveitar, até à imprecisa linha

well as correcting or specifying the dates. Most of this documentation concerns the orders pertaining to the supply of biscuit to the armadas sailing from Portugal, published by A. Braamcamp Freire in 1915.

The cross-checking of all this information allows us to align the fundamental stages of the Graciosa incident, i.e. a first phase of installation and laying of the foundations of a fortress and a second phase of relief and evacuation. Let's see.

Following the *Ortodoxae Fidei*, crusade bull dated February 18th, 1486, King João II decided to continue the war in Africa, driven, in his own words in a letter to Pope Innocent VIII, “by a hereditary impulse” (De Witte, 1958, p. 95). Thanks to this bull, he gathered large amounts of income from rents and ecclesiastical tribute. One may deduce that it was during this period that the king ordered the discovery and fathoming of the Lucus river (the Larache river), in order to build the aforementioned fortification, which he named Graciosa. The king's personal commitment to this venture is attested not only by the fact that he advanced “without advice and against advice”, as Rui de Pina wrote, but also by the fact that, during the months in which this action took place (between March and early September 1489), he moved with the court to the town of Tavira (southern Portugal), to follow the whole process more closely.

Thus, a first armada was dispatched, not at the beginning of July as the chroniclers say, but by the end of February or the first days of March 1489. A small contingent of 160 men, 120 of whom departed from Portugal in four ships (30 in each *taforeia*), and the remaining 40 (20 horse and 20 foot) embarked in Asilah. Gaspar Jusarte was the captain of this armada, and also the appointed captain of the future fortress. Although the instructions given by the king are not known, apparently Jusarte was to lay the foundations for a fortification. Therefore, as Garcia de Resende wrote, they took “much crafted stone and wood, much brick and lime, and tools, and all the necessary things in great abundance” (Resende, 1994, p. 277).

The small size of the undertaking may be explained, as stated by the chroniclers, in the conviction of King John II that “in any affronts that might arise from the Moors, help and supplies could be shipped up the river, provided the said river [Lucus] could be sailed at all times by caravels and ships” (Pina, 1977a, p. 957). However, the hypothesis that the Portuguese monarch did not expect to face much local resistance should not be rejected. It is not unlikely that the king aimed at taking advantage, as far as the imprecise border line allowed, of the territory that belonged to him under the twenty-year peace treaty signed by his father King Afonso V and Mulei Xequé [Muhammad al-Shaykh] in 1471, after the conquest of Asilah (Farinha, 2002, p. 25-26).

de fronteira, o território que lhe pertencia, no âmbito do tratado de paz de vinte anos, firmado entre seu pai D. Afonso V e Mulei Xeque [Muḥammad al-Shaykh], em 1471, após a tomada de Arzila (Farinha, 2002, p. 25-26), esperasse não enfrentar grande resistência local.

Por uma razão ou outra, o certo é ter seguido cerca de três meses depois, em fins de maio, nova armada, chamada "armada para Larache", com reforço de gente de armas e servidores de vários ofícios. Seria constituída por pouco mais de oito navios, sob o comando de D. Pedro de Castelo Branco. Os mandatos de fornecimento de biscoito aos navios nem sempre especificam o número de embarcados, mas andariam pelos 340. As esparsas referências às suas funções no terreno permitem, apesar de tudo, concluir haver combatentes a cavalo e a pé, nomeadamente bombardeiros e besteiros, assim como diversos serventes para as obras de construção (pedreiros, serradores, carpinteiros, ferreiros e valadores). Numa ordem de entrega de biscoito posterior, de 23 de junho, portanto após a partida desta armada, diz-se expressamente destinar-se essa carga ao mantimento de "500 homens que hão de estar na fortaleza" (Freire, 1915, doc. 49, p. 85), ou seja, *grosso modo*, os 160 da primeira armada mais os cerca de 340 da segunda.

Por esta altura, já eram vários os problemas com que se debatiam os portugueses para levar a bom termo a construção de um lugar fortificado. O sítio escolhido, pantanoso, revelar-se-ia extremamente insalubre começando a grassar o paludismo. Gaspar Jusarte caiu doente e teve de regressar ao reino, tendo sido substituído por João Rodrigues de Sousa que, supõe-se, nomeado para esse cargo, teria embarcado em finais de maio na referida "armada para Larache". Outro problema de que começaram a aperceber-se foi o da inabergabilidade do rio em certos períodos do ano, circunstância que dificultaria naturalmente o transporte de abastecimentos e apoios militares. Mas, sem dúvida, o problema mais grave foi o da hostilidade muçulmana. Sentindo a ameaça de edificação de um forte português na região, o próprio sultão de Fez, Mulei Xeque, em data que não conseguimos apurar, comandou as operações de ataque, pondo cerco à inacabada construção. O exército do sultão marroquino seria constituído por 40 000 cavaleiros e incontáveis combatentes a pé, números talvez exagerados, pois são fornecidos pelas crónicas portuguesas, obviamente interessadas em enfatizar a desproporção das forças em confronto.

D. João II, acompanhando, como se disse, a partir da Tavira todo o processo, ter-se-á apercebido das dificuldades enfrentadas pelos sitiados, agravadas pelas fracas condições do local escolhido, pelo que, num dos vários navios de abastecimentos enviados entre 23 de junho e 20 de julho, despachou uma comissão de três principais do Reino, Fernão Martins de Mascarenhas, capitão dos ginetes, Diogo Fernandes de Almeida e Martinho de Castelo Branco, vedor da Fazenda, para avaliar a situação. Diga-se, a talhe de

For one reason or another, a new armada followed the first one about three months later, at the end of May, called "armada para Larache", with reinforcements, including men of arms and labourers of various trades. It would consist of just over eight ships, under the command of Dom Pedro de Castelo Branco. The biscuit supply orders do not always specify the number of people aboard the ships, but this armada possibly counted some 340 souls. The sparse references to their functions in the field allow us to conclude, after all, that there were horse and foot troops, namely bombardiers and crossbowmen, as well as a number of labourers for the construction works (masons, sawyers, carpenters, blacksmiths and diggers). In a subsequent order for the delivery of biscuit, dated June 23rd, therefore after the departure of this second armada, it is expressly stated that the cargo is intended for the sustenance of "500 men who will be in the fortress" (Freire, 1915, doc. 49, p. 85), i.e. roughly the 160 of the first armada plus the ca. 340 of the second one.

At this point, the Portuguese were already facing several problems in order to complete the construction of a fortified position. The chosen location was rather marshy and would prove to be extremely insalubrious; malaria began to spread. Gaspar Jusarte fell ill and had to return to Portugal. He was replaced by João Rodrigues de Sousa, who was presumably appointed to that post and probably embarked on the "armada para Larache" in late May. Another problem that began to arise was the fact that the river was not navigable at certain times of the year, a circumstance that would naturally interfere with the transportation of supplies and military aid. But the most serious problem was undoubtedly the Muslim hostility. Feeling the threat entailed by the construction of a Portuguese fort in the region, the sultan of Fez, Muḥammad al-Shaykh, in a date that we could not determine, personally commanded the attack operations, laying siege to the unfinished construction. The army of the Moroccan sultan probably consisted of 40 000 cavalymen and countless foot soldiers. These figures are perhaps overestimated, as they are provided by the Portuguese chronicles, obviously interested in emphasizing the disproportionate nature of the forces.

King Dom João II, following the whole process from Tavira, eventually realized the difficulties faced by the besieged, worsened by the poor conditions of the chosen location. Thus, the king dispatched a commission of three principals of the kingdom, Fernão Martins de Mascarenhas, *capitão dos ginetes*, Diogo Fernandes de Almeida and Martinho de Castelo Branco, *vedor da Fazenda*, to assess the situations; this commission embarked in one of several supply ships sent between June 23rd and July 20th. Diogo Fernandes Almeida eventually took over the command of the fortress because the acting captain, the aforementioned João Rodrigues de Sousa, also fell seriously ill and was sent back to Portugal. The written information sent to King João II by these commissioners was not at all encouraging, since the

foice, que um deles, Diogo Fernandes Almeida, acabaria por assumir o comando da fortaleza, em virtude de o capitão em exercício, o supracitado João Rodrigues de Sousa, ter também ele caído gravemente doente e sido recambiado para Portugal. As informações remetidas por escrito a D. João II por estes comissários não foram nada animadoras, pois parece datar dessa altura a mudança de estratégia do sultão de Fez: dispôs o cerco mais afastado, a salvo da artilharia portuguesa, e colocou, a jusante da Graciosa, uma estacada que, atravessando o rio, impedia a passagem dos navios encarregados de reforçar e abastecer os sitiados. Numa palavra, encurralou os portugueses.

Face à gravidade da situação, D. João II decidiu reforçar militarmente a empresa, despachando duas armadas sucessivas de socorro. A primeira, sob o comando de Aires da Silva, foi aviada entre 26 de julho e 13 de agosto, tendo para o recrutamento sido publicado um perdão geral "aos homens que na dita armada e cerco forem servir" (Freire, 1915, p. 22), o qual é confirmado na justificação de várias cartas de perdão posteriormente concedidas pelo monarca (Coelho, 1943, p. 310, 311, 315, 318, 324, 345, 354, 364, 367, 368, 369, 378, 381 e 383). Nesta armada, além de 380 homens embarcados em nove navios, sabe-se terem ido mais 429, ou seja, um total de cerca de 809. Entre eles contavam-se vários fidalgos, soldados e servidores. Destes últimos destacam-se 472 (salineiros, sapadores, braceiros) "que hão de ir à fortaleza da Graciosa ao lavramento da obra que se faz" (Freire, 1915, doc. 40, p. 90). Indiciando que, apesar de os cronistas Rui de Pina e Garcia da Resende afirmarem já nesta altura hesitar D. João II entre sustentar ou largar a Graciosa, esta segunda hipótese ainda não se perfilava seriamente. A circunstância de nas supracitadas cartas de perdão, Aires da Silva ser, por vezes, nomeado como "capitão da frota de Xames" ou do rio de Xamez [Shammish], sugere ter esta frota ficado fundeada nas imediações de Larache.

Ainda a armada de Aires da Silva não tinha abalado e já estava a preparar-se (de 8 de agosto a 5 de setembro) uma outra armada de socorro. Esta sob o comando de D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto, e levando fundamentalmente homens de armas, entre os quais muitos nobres e personalidades destacadas. Os registos existentes permitem identificar 20 navios, nos quais foram transportados 1 085 homens, ainda que se saiba que a expedição foi mais numerosa. Com mantimento para dez dias, e tendo partido após 5 de setembro, regressaria ao reino antes de 13 de outubro.

Esta armada não saía de Portugal quando se iniciaram as conversações entre Mulei Xeque e Aires da Silva para resolver o conflito. Por isso é natural ter ela mesmo assim avançado com o objetivo de dar força aos portugueses nas negociações em curso ou, em último recurso e no caso de estas não correrem a contento, para "desfazer por força a estacada e reparos do rio, para uma vez as pessoas dos cercados ao menos se salvarem, que era

change of strategy of the sultan of Fez seems to date from that time: he deployed the besieging troops further away, out of range of the Portuguese artillery, and placed a stockade across the river, downstream from Graciosa, to prevent the passage of the ships that were supposed to supply and reinforce the besieged. In a word, he cornered the Portuguese.

Given the seriousness of the situation, King João II decided to strengthen the enterprise, in military terms, by dispatching two successive relief armadas. The first one, under the command of Aires da Silva, was rigged between July 26th and August 13th. The recruitment was enhanced by means of a general pardon: "to the men who will serve in the said armada and siege" (Freire, 1915, p. 22), which is confirmed by the justification of several letters of pardon subsequently granted by the monarch (Coelho, 1943, p. 310, 311, 315, 318, 324, 345, 354, 364, 367, 368, 369, 378, 381 and 383). This armada, besides 380 men embarked in nine ships, is known to have included 429 others, i.e. a total of some 809 men. Among them were several noblemen, soldiers and labourers, namely 472 (salters, sappers, common labourers) "que hão de ir à fortaleza da Graciosa ao lavramento da obra que se faz" (Freire, 1915, doc. 40, p. 90). This is an indication that, although the chroniclers Rui de Pina and Garcia da Resende state that by then King João II was already hesitating between sustaining or abandoning Graciosa, this second hypothesis was not yet seriously contemplated. The circumstance that Aires da Silva is sometimes referred to in the aforementioned pardon letters as "captain of the Xames fleet" or the Xamez [Shammish] river fleet, suggests that this fleet was anchored in the vicinity of Larache.

The fleet of Aires da Silva had not yet sailed and another relief armada was already being prepared (between August 8th and September 5th), under the command of Dom João de Castro, the second count of Monsanto, and mainly carrying men of arms, including many nobles and outstanding personalities. The existing records allow for the identification of 20 ships, in which 1 085 men were transported, although it is known that this expedition was more numerous. With provisions for ten days, and having left after September 5th, this armada would return to Portugal before October 13th.

Even before this armada left Portugal, talks between Muhammad al-Shaykh and Aires da Silva had already begun, aiming at resolving the conflict. That is why it is only natural that the fleet still sailed, with the objective of empowering the Portuguese in the current negotiations or, as a last resort and should the talks not succeed, to "break down the stockade and repair the river by force, so that the besieged people could at least be saved, which is what [the king] most of all wanted" (Resende, 1994, p. 281). In fact, by this time, knowledge of the unhealthy nature of the place and of the river's impracticability at certain times of the year had already driven the Portuguese monarch to abandon the Graciosa project.

o que sobretudo [o rei] mais desejava” (Resende, 1994, p. 281). De facto, por esta altura, o conhecimento da insalubridade do lugar e da não navegabilidade do rio em certos períodos do ano já tinham determinado o monarca português a abandonar o projeto Graciosa.

Em síntese, tendo em conta os totais de homens recensados na documentação relativa aos abastecimentos de biscoito (e só esses), é possível gizar o seguinte quadro:

Armadas	Capitães mores	N.º de navios	N.º de homens
1.ª armada de ocupação (fins de fevereiro ou primeiros dias de março de 1489)	Gaspar Jusarte	4	160
2.ª armada de ocupação (fins de maio)	D. Pedro de Castelo Branco	8	340
1.ª armada de socorro (depois 13 agosto)	Aires da Silva	Mais de 9	809
2.ª armada de socorro (depois de 5 de setembro)	D. João de Castro, conde de Monsanto	Mais de 20	1 085
Totais			2 394

D. João II, na carta ao Papa Inocêncio VIII acima citada, afirma ser a guarnição portuguesa da Graciosa constituída por 1 500 combatentes. Apresentando o mesmo valor, os cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende detalham tratar-se de “fidalgos e cavaleiros, todos da casa e livros d’el-rei, e a flor de toda a corte” (Pina, 1977a, p. 957; Resende, 1994, p. 279). Supomos não estarem contabilizados neste número os combatentes a pé, nem tão-pouco os servidores para os trabalhos de levantamento da fortaleza. Sendo, por outro lado, natural ter sido o contingente inicial da Graciosa reforçado pelas armadas de socorro, antes de ficar totalmente bloqueada pelo cerco marroquino.

Quanto aos totais de homens envolvidos nesta empresa, sabe-se, sobretudo para as duas armadas de socorro, terem sido mais elevados do que os listados no quadro supra, não havendo, no entanto, informação que permita avançar com números precisos. Por exemplo, Gaspar Frutuoso, no *Livro Segundo das Saudades da Terra*, diz ter sido Simão Gonçalves da Câmara, filho do capitão-donatário do Funchal, enviado por D. João II em socorro à Graciosa com uma tropa de 800 homens. Um número talvez inflacionado, além da evidente imprecisão na informação acrescentada: “esteve neste cerco com esta gente a maior parte do inverno, em o qual tempo, tão trabalhoso, tinham os mouros cercado a Graciosa” (Frutuoso, 1998, p. 96). Ora grande

In short, taking into account the total number of men recorded in the documentation concerning biscuit supplies (and only these), the following table can be compiled:

Armadas	Captains	Number of ships	Number of men
1 st occupation armada (late February or early March 1489)	Gaspar Jusarte	4	160
2 nd occupation armada (late May)	Dom Pedro de Castelo Branco	8	340
1 st relief armada (after August 13 th)	Aires da Silva	More than 9	809
2 nd relief armada (after September 5 th)	Dom João de Castro, count of Monsanto	More than 20	1 085
Totals			2 394

King João II, in his aforementioned letter to Pope Innocent VIII, claims that the Portuguese garrison of Graciosa consisted of 1 500 fighting men. Referring to the same figure, the chroniclers Rui de Pina and Garcia de Resende specify that they were “noblemen and knights, all from the king's house and books, and the cream of the whole court” (Pina, 1977a, p. 957; Resende, 1994, p. 279). We do not suppose that the foot soldiers are included in this figure, nor the labourers working on the construction of the fortress. On the other hand, it was only natural that the Graciosa initial contingent was reinforced by the relief armadas, before it was completely blocked by the Moroccan siege.

As for the total number of men involved in this enterprise, it is known that it was higher than the figures included in the table above, particularly in the case of the two relief armadas, but there is no information to support more precise figures. For example, Gaspar Frutuoso, in the *Livro Segundo das Saudades da Terra*, states that Simão Gonçalves da Câmara, the son of the donatary-captain of Funchal, was sent by King João II to Graciosa with a relief troop of 800 men. This is probably an overestimation, in addition to the obvious inaccuracy of the information provided: “he [Simão Gonçalves da Câmara] spent most of the winter at this siege, with these people; during this time, so laborious, the Moors laid siege to Graciosa” (Frutuoso, 1998, p. 96). Now, much of the siege had taken place during the summer months, not in the winter. Still, this caution does not disprove that relief from Madeira, which probably was not formally integrated into the above listed fleets.

parte do cerco ocorrera, não no inverno, mas nos meses de verão. Reservas que não põem em causa este socorro madeirense, o qual provavelmente não seguiu formalmente integrado nas armadas supra listadas.

De qualquer forma, totais de embarcados para a Graciosa que ficariam muito aquém dos sugeridos ou avançados por fontes veiculando a perspetiva marroquina. Leão Africano, na breve informação dada sobre a Graciosa, a que chama Jezira, fala de uma grossa armada. Al-Karāsī, autor do início do século XVI, nos 28 versos que dedica ao episódio da Graciosa, na sua obra '*Arūsa al-Maṣā'il fī mā li-Banī Waṭṭās min al-Faḍā'il*', escrita cerca de meio século após o sucesso, afirma terem sido 6 000 o número de combatentes invasores infiéis (Boucharb, 2010, p. 55). Valores sem dúvida excessivos, motivados pelo intuito de glorificação dos feitos dos governantes oatácidas [Banū Waṭṭās].

Decorriam os preparativos da segunda armada de socorro, e já D. João II manifestava a sua intenção de ir, em pessoa, ao comando de uma outra armada. Mais uma vez, segundo Rui de Pina e Garcia de Resende, uma decisão tomada contra o parecer do seu conselho. Para o efeito, fizeram-se grandes apercebimentos no reino. Respondendo ao apelo lançado pelo rei, terá sido nesta altura que o capitão-donatário do Funchal, João Gonçalves da Câmara, dito o Porrinha, acorreu ao Algarve, com "muita gente luzida e uma frota da ilha da Madeira". Foi recebido na praia pelo próprio rei, "dizendo-lhe publicamente que, estando mais longe dele que todos os outros fidalgos, ele chegara primeiro, e lhe fez, por isso, muitas honras e grandes mercês" (Frutuoso, 1998, p. 92).

Não chegou, todavia, este novo socorro a abalar, em virtude das negociações, entretanto, desenvolvidas no terreno. Tudo indica, no entanto, ter-se avançado nos aprestos, pois há pelo menos duas cartas de perdão posteriores nas quais o monarca se refere a armada de socorro estante em Tavira que se desfizera, "por bem das pazes que por nosso mandado com el-rei de Fez se fizeram" (Coelho, 1943, p. 347 e 360).

De acordo com as fontes portuguesas, partiu do sultão marroquino a proposta de resolução do conflito, tendo para tal contactado Aires da Silva, capitão-mor da frota fundeada junto de Xamez. Para as mesmas fontes, tal iniciativa de Mulei Xeque foi motivada pelo desgaste e deserção de algumas das suas tropas e, sobretudo, pelo temor de que D. João II fosse pessoalmente com mais reforços militares auxiliar os sitiados. Mas, na leitura do supracitado escritor marroquino, al-Karāsī, foi a necessidade de pacificação da Enxovia [Shāwiya] que levou o sultão marroquino a não aproveitar as vantagens políticas e militares de uma previsível derrota portuguesa (Boucharb, 2010, p. 56).

Seja como for, tudo indica ter partido dele a proposta de levantamento do cerco, na condição de os portugueses abandonarem a Graciosa – prometendo deixá-los sair com armas, cavalos, artilharia e tudo quanto tivessem –

In any case, the above referred totals still fall far short from those suggested or put forward by sources reflecting the Moroccan perspective. Leo Africanus, in his brief information on the subject of Graciosa, which he calls Jezira, speaks of a large armada. Al-Karāsī, an author from the early 16th century, in the 28 verses he dedicates to the Graciosa incident in his work *Arūsa al-Maṣā'il fī mā li-Banī Waṭṭās min al-Faḍā'il*, written about half a century after the events, claims that there were 6 000 invading infidels (Boucharb, 2010, p. 55). This figure is undoubtedly excessive and motivated by the desire to glorify the deeds of the Wattasid rulers [Banū Waṭṭās].

Preparations for the second relief armada were still underway, and King João II had already expressed his intention of personally taking the command of yet another armada. Once again, according to Rui de Pina and Garcia de Resende, this was a decision taken against the advice of his council. Significant preparations were undertaken in the kingdom for this purpose. It was probably at this point that João Gonçalves da Câmara, nicknamed Porrinha, by then the donatary-captain of Funchal, responded to the king's appeal and arrived at the Algarve with "many outstanding people and a fleet from Madeira Island". He was welcomed on the beach by the king himself, "who told him in public that, being the farthest away from him, he was the first to arrive and therefore granting him much honour and great favour" (Frutuoso, 1998, p. 92).

Nevertheless, this new aid never departed to Graciosa, in result of the negotiations that took place in the meantime. However, everything indicates that preparations were well underway, as there are at least two subsequent letters of pardon in which the monarch refers to the relief armada anchored at Tavira that had been dismissed "for the sake of the peace that by our command was agreed with the king of Fez" (Coelho, 1943, p. 347 and 360).

According to Portuguese sources, it was the Moroccan sultan who put forward a proposal for the resolution of the conflict, contacting Aires da Silva, *capitão-mor* of the fleet anchored near Xamez. The same sources claim that Muhammad al-Shaykh's initiative was motivated by the attrition and desertion of some of his troops and, above all, by the fear of King João II's arrival at the head of more military reinforcements to help the besieged. But, according to the aforementioned Moroccan writer, al-Karāsī, it was the need for the pacification of the Enxovia [Shāwiya] that drove the Moroccan sultan not to take advantage of the political and military benefits of a predictable Portuguese defeat (Boucharb, 2010, p. 56).

In any case, everything indicates that the proposal to end the siege came from him, provided that the Portuguese abandoned Graciosa – and promising to let them leave with weapons, horses, artillery and everything they had – and that the Portuguese monarch confirmed the peace that King Afonso V had signed with him in 1471. A truce was then established, while Aires da Silva

e de o monarca português confirmar a paz que com ele firmara D. Afonso V em 1471. Foram, então, estabelecidas tréguas, enquanto Aires da Silva consultava D. João II. A resposta não se fez esperar, pois D. João II já havia decidido largar a fortaleza, além de que lhe agradava a confirmação e prolongamento por mais 10 anos do tratado de 1471, pois não o impedia de cercar e tomar qualquer vila ou lugar do reino de Fez, quando se lhe oferecesse. Para o efeito, despachou delegação com poderes para, *in loco*, proceder à escritura do novo acordo. Na lição dos cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende, tal ato ocorreu na localidade de Xamez nas imediações de Larache, em 27 de agosto de 1489. Provavelmente, como defende Braamcamp Freire, esta data remete, não para o dia em que se realizou o tratado final, mas sim para aquele em que se pactuaram as tréguas entre Mulei Xeque e Aires da Silva, pois não se compreenderia, se ele estivesse definitivamente firmado, tivessem prosseguido os preparativos da segunda armada de socorro, a do Conde de Monsanto, que só partiria após 5 de setembro. Alvitando este mesmo investigador que nesta armada tivesse embarcado a referida delegação com procuração régia para o ajuste de paz, tendo-se aproveitado o estar a armada já constituída para a mandar, "fazendo alardo

consulted King João II. The answer was not delayed, because the king had already decided to abandon the fortress, and he welcomed the confirmation and extension of the 1471 treaty for another 10 years, since it did not prevent him from besieging and taking any other towns or places in the kingdom of Fez, when he chose to do so. To this effect, the king sent a delegation with powers to write down the new agreement *in loco*. In the words of the chroniclers Rui de Pina and Garcia de Resende, this act took place in the town of Xamez, near Larache, on August 27th 1489. Probably, as Braamcamp Freire maintains, this date does not refer to the day on which the final treaty was signed, but to the day on which the truce between Muhammad al-Shaykh and Aires da Silva was agreed. Indeed, it would hardly be understandable that the preparations of the count of Monsanto's second relief armada, which would only depart after September 5th, were continued if the treaty had been definitively signed on August 27th. The same researcher suggested that the said delegation, holding a royal power of attorney for the peace negotiations, embarked on this armada, taking advantage of the fact that the it was already formed to "make a show of power in order to impose some respect on the Moors" (Freire,



1. Localização da Graciosa.
The location of Graciosa.

de poderio a fim de impor respeito aos Mouros” (Freire, 1915, p. 28). Podendo, pelo exposto, concluir-se que o acordo definitivo foi firmado depois de 5 de setembro e antes de 21 de setembro, data da carta de D. João II ao papa Inocêncio VIII, relatando todo o sucesso.

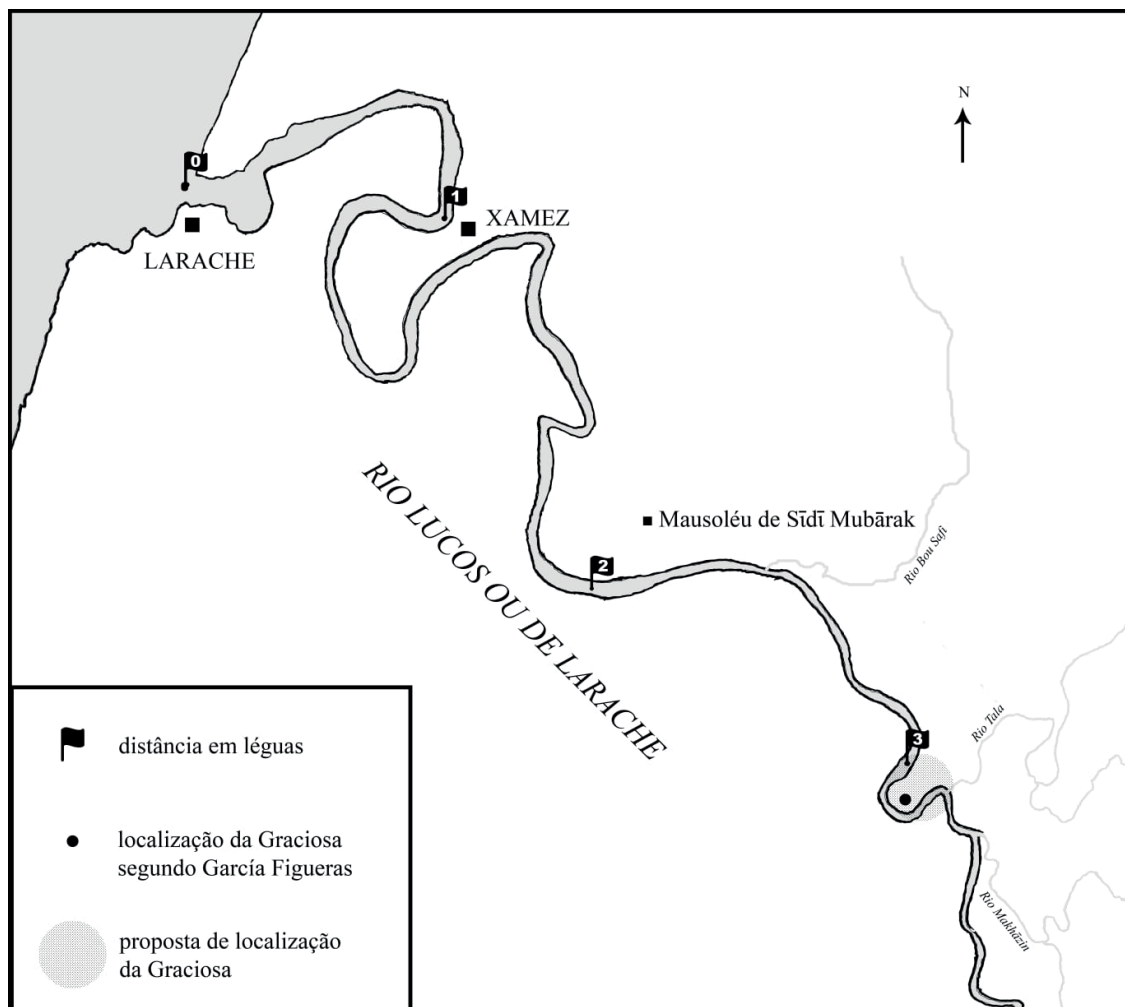
A maior parte da informação para a reconstituição do caso Graciosa colhe, como se viu, sobretudo em fontes portuguesas. As fontes marroquinas são praticamente omissas sobre sucesso. As exceções são Leão Africano e al-Karāsī. De acordo com a lição de ambos, a evacuação das tropas portuguesas só foi conseguida graças a elevada soma de dinheiro exigida ao comandante da armada portuguesa pelo rei de Fez. De qualquer maneira, tal como acordado, os portugueses puderam abandonar livremente o local e embarcar para Portugal com armas e bagagens. Uma evacuação que se teria estendido da segunda quinzena de setembro à primeira quinzena de outubro.

Sem vencidos nem vencedores, terminava assim o episódio Graciosa, tendo-se alcançado, em última análise, uma saída honrosa para ambas as partes. Como testemunho material, restava uma inacabada fortificação.

1915, p. 28). It can thus be concluded that the definitive agreement was signed after September 5th and before September 21st, the date of King João II's letter to Pope Innocent VIII, narrating the whole process.

Most of the information for the reconstitution of the Graciosa case is to be found, as we have seen, mainly in Portuguese sources. This event is rarely addressed by Moroccan sources. The exceptions are Leo Africanus and al-Karāsī. According to both, the evacuation of the Portuguese troops was only achieved by means of the large sum of money required from the commander of the Portuguese armada by the king of Fez. Anyway, and as agreed, the Portuguese were able to freely abandon the place and embark for Portugal with arms and baggage; this evacuation probably extended from the second half of September to the first half of October.

Without losers nor winners, the Graciosa incident came to an end and an honourable outcome for both parties was ultimately achieved. Only an unfinished fortification remained, as a material testimony.



2. Portugal e Marrocos nos finais do século XV.
Portugal and Morocco by the end of the 15th century.

*

Como dissemos antes, ao contrário daquilo que se passa com as expedições que a precederam, no que concerne à Graciosa, para além das fontes narrativas, chegaram até nós inúmeros documentos coevos, os quais se revelaram particularmente relevantes para o conhecimento da referida expedição. Contudo, nem a documentação mencionada antes nem outra mais tardia permitem dar uma resposta clara à questão: onde foi erguida a Graciosa? Aliás, é por isso mesmo que a generalidade dos autores que, até há bem pouco tempo, se debruçaram sobre a expedição, não deixaram de se referir ao assunto.

Em traços largos, sem fazermos menção aos detalhes da argumentação a que diferentes autores recorreram para sugerir uma ou outra localização, a qual assenta naturalmente naquilo que dizem as fontes, as propostas apontam para duas soluções: um local próximo da foz do rio e outro, mais para montante, a caminho de Alcácer Quibir.

Anselmo Braamcamp Freire, sem o fundamentar, sugere que a Graciosa foi erguida a uma légua da foz, "junto aos vaus de Xamez (Tchemmich)", "talvez no promontório coberto de silvas onde ainda hoje se vêem restos das fortificações fenícias, às quais se acostariam as portuguesas" (Freire, 1915, p. 51). Ao sugerir semelhante localização, apesar de não o dizer, afigura-se que o autor o fez com base no único testemunho que identifica o lugar onde os portugueses ergueram a fortaleza na embocadura do rio, ou seja, Leão Africano (Africano, 1550, fl. 51).

David Lopes, numa nota inserida na sua edição dos *Anais de Arzila*, discorrendo sobre aquilo que dizem as fontes disponíveis, inclina-se claramente para o testemunho de Bernardo Rodrigues, concluindo que "a Graciosa era mais no interior e não muito longe do campo de batalha onde D. Sebastião depois foi morto. Esta deu-se nas margens do rio da Ponte" – como lhe chama Bernardo Rodrigues –, "ou rio Mkhâzen" – i. é, dos cavaleiros – "na forma francesa do nosso mapa" (Rodrigues, 1915, I, p. 496). Um pouco depois, o mesmo autor, recorrendo de novo a Bernardo Rodrigues, precisa que a fortaleza teria sido erguida "a três léguas da foz do Lucos ou seja a cerca de 16 quilómetros" (Lopes, 1937, p. 450). Neste mesmo sentido se pronunciaram vários autores que se lhe seguiram, como foi o caso de Henry de Castries (Castries, 1920, p. 421), Pierre de Cenival (Cenival, 1934b, p. XV) e António Dias Farinha (Farinha, 1999, p. 23).

Alguns anos mais tarde, Tomás García Figueras, com base no resultado de escavações empreendidas por César Luis de Montalbán y Mazas, em 1940, identifica o local da fortaleza, situando-o no que pode ter sido uma ilha, mas que então já não o era "en la orilla derecha del río Lucus, aguas abajo de la confluencia de este río con el Mejazen" (García Figueras, 1941, p. 7).

*

As we mentioned before, and as opposed to the previous expeditions, as far as Graciosa is concerned numerous coeval documents reached our days besides the narrative sources, which were particularly relevant to the knowledge of this expedition. However, neither the documentation mentioned before nor the later documents provide a clear answer to the question: where was Graciosa raised? This is why most of the authors who, until recently, have addressed the expedition, never failed to mention this issue.

In broad terms, without mentioning the details of the argumentation used by different authors to suggest one location or another, naturally based on what the sources say, the proposals point to two solutions: one near the mouth of the river and the other further upstream, on the way to Ksar-el-Kebir.

Anselmo Braamcamp Freire suggested, without justifying it, that Graciosa was raised one légua from the river mouth, "next to the Xamez fords (Tchemmich)", "perhaps in the promontory covered with brambles where even today one can see the remains of the Phoenician fortifications, against which the Portuguese fortress was built" (Freire, 1915, p. 51). In suggesting such a location, although not saying it, it would appear that the author did so on the basis of the only testimony that identifies the place where the Portuguese built the fortress at the mouth of the river, namely, Leo Africanus (Africano, 1550, fl. 51).

David Lopes, in a note inserted in his edition of the *Anais de Arzila*, discussing what the available sources say, clearly tends towards the testimony of Bernardo Rodrigues, concluding that "Graciosa was located more inland and not far from the battlefield where King Sebastião was eventually killed. This battle took place on the banks of the rio da Ponte" – as Bernardo Rodrigues calls it – "or Mkhâzen river" – i.e., the riders' river – "in the French version of our map" (Rodrigues, 1915, I, p. 496). A little later, the same author, once again according to Bernardo Rodrigues, states that the fortress would have been built "three léguas from the mouth of the Lucus river, i.e. some 16 kilometres from it" (Lopes, 1937, p. 450). A number of authors followed this possibility, like Henry de Castries (Castries, 1920, p. 421), Pierre de Cenival (Cenival, 1934b, p. XV) and António Dias Farinha (Farinha, 1999, p. 23).

Some years later, Tomás García Figueras, based on the results of excavations undertaken by César Luis de Montalbán y Mazas in 1940, identifies the site of the fortress, situating it on what may have been, but no longer was, an island, "in the right bank of the Lucus River, downstream of this river's confluence with the Mejazen river" (García Figueras, 1941, p. 7). This location – although the author does not say so – is more or less in line with David Lopes' proposal. The author included maps, photographs and a "Croquis

O que – embora o autor não o diga – vai mais ou menos ao encontro da proposta de David Lopes. O autor, impõe-se dizê-lo, não só fez acompanhar o seu texto de mapas, fotografias e de um "Croquis de los muros de la fortaleza *La Graciosa* en la 'Gezira' – río Lucus – *kabila* de Jolot, poblado de Quehan-na", como não podia ser mais claro ao afirmar a sua convicção de que os trabalhos arqueológicos "han confirmado completamente la certeza que ya tenía sobre su situación" (García Figueras, 1941, p. 7).

Pouco depois, um renomado militar espanhol, Antonio Yuste, recorrendo a inúmeros detalhes recolhidos numa observação direta das margens do rio Lucos, muito embora o faça num tom menos assertivo, propõe o que parece ser, sensivelmente, a mesma localização (Yuste, 1942, p. 672-673, 683-686, 692 e 694).

Enfim, dir-se-ia que o assunto estava definitivamente resolvido: a hipótese lançada por David Lopes não só fora amplamente partilhada como, na sequência da publicação de García Figueras, dando conta da presença de vestígios materiais da fortaleza, confirmada a sua localização exata. Com efeito, isso mesmo se pode inferir em mais que uma obra de referência publicada recentemente, como é o caso, por exemplo, de *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, onde o autor, ao afirmar que a dita fortaleza foi erguida "sobre uma ilha do Loukos, cerca de dez quilómetros para montante, denominada Gezira", a situa precisamente no local identificado por García Figueras (Correia, 2008, p. 319).

Porém, muito embora não possamos deixar admitir que esta é, sem sombra de dúvida, uma proposta plausível, a forma como García Figueras a sustenta, pelo contrário, incorpora algumas fragilidades para as quais não podemos deixar de chamar a atenção. A este propósito, veja-se o que o autor nos diz sobre o assunto num trecho particularmente elucidativo:

De la situación exacta de la fortaleza de La Graciosa o de la Gezira se ha hablado mucho y, como ahora diremos, innecesariamente. David Lopes recoge, en nota puesta a uno de los pasajes de la Cronica de Bernardo Rodrigues, las distintas opiniones (León el Africano, Mármol y Carvajal, Rui de Pina, Braamcamp, Reclus e incluso el mismo Rodrigues), más o menos erróneas sobre la situación geográfica de la fortaleza de La Graciosa, pero la verdad es que una parte de los muros de la edificación, hecha y no terminada, se ha conservado hasta nuestros días a flor de la tierra, sin que, por lo tanto, haya sido preciso descubrirlos. (García Figueras, 1941, p. 7)

Um pouco mais à frente, acrescenta "En el croquis figura señalada esa situación y respecto al nombre de Gezira (isla), con que también se conoce la fortaleza" (García Figueras, 1941, p. 7) e transcrevendo, em nota de rodapé, um excerto de Mármol Carvajal, conclui,

of the walls of the fortress of La Graciosa at 'Gezira' – Lucus river – Jolot *kabila*, Quehan-na village" in his text and could not be clearer in stating his conviction that the archaeological works "have completely confirmed the certainty that he already had about its location" (García Figueras, 1941, p. 7).

Shortly afterwards, a renowned Spanish military officer, Antonio Yuste, using numerous details collected through direct observation of the banks of the Lucus river, suggested, although in a less assertive tone, what appears to be roughly the same location (Yuste, 1942, p. 672-673, 683-686, 692 and 694).

It would seem that the matter was definitively settled: the hypothesis put forward by David Lopes was not only widely shared, but also, following García Figueras' publication reporting the presence of material remains of the fortress, its exact location seemed to be confirmed. In fact, this can be inferred from more than one recently published reference work, such as, for example, the *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, where the author, when stating that the fortress was built "on an island of the Lucus river, about ten kilometres upstream, called Gezira", situates it precisely in the location identified by García Figueras (Correia, 2008, p. 319).

However, although we must admit that this is undoubtedly a plausible proposal, the way in which García Figueras supports it, on the contrary, incorporates some weaknesses which must be given some consideration. In this regard, let's see what the author tells us about the subject in a particularly revealing passage:

Much has been said about the exact location of the fortress of La Graciosa or La Gezira and, as we shall now say, unnecessarily. David Lopes compiles, in a note to one of the passages of the Cronica de Bernardo Rodrigues, the different opinions (Leo Africanus, Mármol y Carvajal, Rui de Pina, Braamcamp, Reclus and even Rodrigues himself), more or less erroneous, about the geographical location of the fortress of La Graciosa, but the truth is that a part of the walls of the building, made but not finished, has reached our days and is perceptible on the surface; therefore, it was not really necessary to discover these remains. (García Figueras, 1941, p. 7)

A little further on, he adds "These remains are marked on the croquis and related to the name Gezira (island) by which the fortress is also known" (García Figueras, 1941, p. 7). Moreover, and transcribing, in a footnote, an extract from Mármol Carvajal, the author concludes, as we have said, that this fortress was probably raised on what might have been an island, but no longer was by then.

como já dissemos, que a dita fortaleza terá sido erguida no que pode ter sido uma ilha, mas que então já não o era.

Ou seja, dito por outras palavras, o autor coloca em situação de paridade outros autores, fontes coevas e tardias, testemunhos de quem viu a fortaleza ou de quem apenas ouviu falar dela e, perante aquilo que entende serem insanáveis discrepâncias no que concerne à distância entre a dita fortaleza e o Oceano, descarta tudo o que registam – com exceção da menção de Mármol Carvajal, que reproduz Leão Africano, segundo o qual a fortaleza fora erguida numa ilha, *Gezira* –, sustentando tal opção na identificação de “parte de los muros de la edificación” (García Figueras, 1941, p. 7).

Na verdade, não fora as provas aduzidas pelo autor para sustentar a identificação dos vestígios materiais encontrados com os da Graciosa serem, em nosso entender, manifestamente insuficientes, poder-se-ia dizer que a sua opção era, de algum modo, aceitável. O problema reside precisamente no facto do autor dar o assunto por encerrado com base em escavações empreendidas por César Luis de Montalbán y Mazas, arqueólogo cujo relatório nunca viu a luz do dia, sem que saibamos se foram encontrados materiais que confirmem uma identificação para a qual apenas concorrem algumas fotografias e um croquis da estrutura escavada.

Para além de não apresentar provas que sustentem, de uma forma clara, a sua identificação dos ditos vestígios materiais como sendo da Graciosa, convirá notar que aquilo que descreve não parece ajustar-se, de modo algum, ao que sobre a referida fortaleza nos dizem duas fontes coevas, designadamente a *Chronica del Rey D. João II* de Rui de Pina e uma carta enviada por D. João II ao Papa Inocêncio VIII sobre a questão da Graciosa, datada de 21 de setembro de 1489. Assim, se na primeira, Rui de Pina, referindo-se à vila e fortaleza, diz que esta foi construída “com fundamentos de pedra, e cal, e nos mais de valos, e fortes paliçadas de madeira” (Pina, 1977a, p. 957), na segunda, ainda mais clara, o seu autor afirma: “Nous avions donc commencé, avec la plus grand rapidité, à construire le château et une palissade de bois, – un fossé étant creusé et les fondations de pierre étant pour une certaine partie achevées –, car la brièveté du temps n’avait pas permit d’accomplir une oeuvre plus considérable” (De Witte, 1958, p. 95 e 98). Em suma, os testemunhos aduzidos sugerem claramente que a construção da fortaleza apenas incluiu pedra e cal nos alicerces, o que, não correspondendo ao que nos diz e se pode observar nas fotografias que García Figueras apresenta, aponta – para não dizer mais – para a possibilidade de ter existido uma nítida precipitação na identificação dos vestígios materiais encontrados como sendo da Graciosa.

Uma das questões que mais suscitou discussão e que condicionou sobremaneira sucessivas propostas em torno da localização da Graciosa – assunto que

In other words, the author refers, on equal terms, to other authors, contemporaneous and later sources, testimonies of those who saw the fortress and those who only heard about it. Moreover, in view of what he believes to be insurmountable discrepancies regarding the distance between the fortress and the Ocean, he discards all sources – except Mármol Carvajal, who follows Leo Africanus, according to whom the fortress was built on an island, *Gezira* – and claims that this possibility is supported by the identification of “part of the building's walls” (García Figueras, 1941, p. 7).

Actually, aside from the evidence adduced by the author to support the identification of the material remains found as the vestiges of Graciosa, which is obviously insufficient, in our opinion, one could say that his hypothesis is somehow acceptable. The problem lies precisely in the fact that the author settles the matter on the basis of excavations carried out by César Luis de Montalbán y Mazas, an archaeologist whose report was never published. Therefore, it is not known whether materials have been found that can confirm an identification solely supported by some photographs and a croquis of the excavated structure.

Besides the lack of evidence to clearly support his identification of the said material remains as vestiges of Graciosa, what Figueras describes does not seem to match the information from two coeval sources at all: the *Chronica del Rey D. João II* by Rui de Pina and a letter sent by King João II to Pope Innocent VIII on the subject of Graciosa, dated September 21st, 1489. Rui de Pina, referring to the town and fortress, states that it was built “on foundations made of stone and lime, with ditches and strong wooden stockades” (Pina, 1977a, p. 957). The king, in his turn, states even more clearly that “We had therefore begun, as quickly as possible, to build the castle and a wooden stockade. A ditch was dug and the stone foundations were partly completed; a more substantial work could not be achieved in such a short time” (De Witte, 1958, p. 95 and 98). In short, the testimonies clearly suggest that the construction of the fortress only included stone and lime in the foundations, which does not match what García Figueras describes and can be seen in the photographs he includes. This suggests the possibility of a hasty identification of the material remains found as the vestiges of Graciosa, to say the least.

One of the most debated issues, which has significantly conditioned a series of subsequent proposals on the location of Graciosa – a subject that also received much attention from García Figueras –, is Leo Africanus’ mention of the fact that the fortress was built on an island. Referring to this island, this author from Granada said: “*Gezira è vn'Isola nella gola del fiume Luccus; doue il detto fiume entra nell'oceano, lontana dal mare circa à dieci miglia & discosta da Fez cento miglia*” (Africano, 1550, fl. 51-51v). The same can be read in the first French edition of this work, with only one difference, which sets the distance between

também mereceu larga atenção de García Figueras – prende-se com o facto de Leão Africano fazer menção a que a fortaleza foi erguida numa ilha. Ao referir-se à dita ilha, o autor granadino diz: “Gezira è vn’Isola nella gola del fiume Luccus; doue il detto fiume entra nell’oceano, lontana dal mare circa à dieci miglia & discosta da Fez cento miglia” (Africano, 1550, fl. 51-51v). O mesmo se pode ler na primeira edição francesa da referida obra, com uma única diferença, esta fixa a distância entre a ilha e o mar em apenas “deux mile” (African, 1556, p. 194). Alguns anos mais tarde, Mármol Carvajal – autor que, como é sabido, utilizou abundantemente o anterior –, diz-nos: “En Medio del rio Lucus tres leguas del mar Oceano Herculeo, y treinta de la ciudad de Fez, esta vna Isla cercada del agua de aquel rio por todas as partes, llamada el Gezira, que los Portugueses la llaman la Graciosa” (Mármol Carvajal, 1573, fl. 113).

Em qualquer caso, esquecendo por agora a ambiguidade do testemunho de Leão Africano ao situar a ilha na embocadura do rio e, ao mesmo tempo, a *dieci miglia* do mar, eliminada por Mármol ao transferi-la para o *medio del rio Lucus*, ambos os autores são unânimes ao afirmarem que a Graciosa foi erguida numa ilha, *Gezira*. A este propósito, convirá assinalar, em primeiro lugar, que nenhuma fonte portuguesa, coeva ou tardia, faz menção a semelhante particularidade, o que se afigura, desde logo, deveras inusitado. Em segundo lugar, impõe-se também destacar, como já notou David Lopes – embora aparentemente ninguém lhe tenha dado crédito – *Gezira*, em árabe, pode significar duas coisas, ilha ou península (Lopes, 1931, p. 450). Nestas circunstâncias, se as fontes portuguesas não registam essa particularidade e, por outro lado, se o referido vocábulo – ou seja, *djazirat* – pode ter ambas as aceções (Lane, 1968, II, p. 419; Marcel, 1885, p. 315), dir-se-ia que não só encontrar a tão almejada ilha se revela completamente irrelevante como não podemos deixar de sugerir que a fortaleza pudesse, afinal, ter sido erguida numa península. Aliás, podemos ainda acrescentar, tal hipótese afigura-se tanto mais razoável quanto, desde logo, parece ajustar-se aos particularismos da paisagem que se espria ao longo das margens do baixo Lucos, paisagem marcada por terras baixas e alagadiças. Por outro lado, isso mesmo também parece ajustar-se melhor à notícia, veiculada por Rui de Pina, Leão Africano e Mármol Carvajal, segundo a qual Mulei Xeque, face ao dano causado pela artilharia portuguesa, entendeu ser preferível guardar uma maior distância, montando o cerco fora do alcance desta, o que pressupõe, de algum modo, que os portugueses ocupavam uma posição altaneira, incompatível com a de uma qualquer ilha algures no curso do rio (Pina, 1977a, p. 958; Africano, 1550, fl. 51v; Mármol Carvajal, 1573, fl. 113).

Como outros autores já assinalaram, as fontes disponíveis apresentam notórias discrepâncias no que concerne à distância entre o local onde foi erguida a Graciosa e o mar. Rui de Pina e Garcia de Resende,

the island and the sea at only “deux mile” (Africano, 1556, p. 194). A few years later, Mármol Carvajal – who, as is well known, made extensive use of Africanus' wittings – wrote: “En Medio del rio Lucus tres leguas del mar Oceano Herculeo, y treinta de la ciudad de Fez, esta vna Isla cercada del agua de aquel rio por todas as partes, llamada el Gezira, que los Portugueses la llaman la Graciosa” (Mármol Carvajal, 1573, p. 113).

In any case, and forgetting for the time being the ambiguity of Leo Africanus' testimony which situates the island at the mouth of the river and, at the same time, *dieci miglia* away from the sea (which Marmol ignores as he situates the island in the middle of the Lucus river), both authors agree that Graciosa was built on an island, *Gezira*. In this regard, we would point out, first of all, that no Portuguese source, whether contemporaneous or later, mentions such a particularity, which is obviously quite unusual. Secondly, as already stated by David Lopes – although apparently no one heeded him –, *Gezira*, in Arabic, can mean two things, island or peninsula (Lopes, 1931, p. 450). In these circumstances, if Portuguese sources do not record this particularity and if, on the other hand, the word *djazirat* can have both meanings (Lane, 1968, II, p. 419; Marcel, 1885, p. 315), it would appear that finding that much desired island is completely irrelevant. Moreover, we cannot refrain from suggesting that the fortress could, after all, have been built on a peninsula. Actually, we might add that this hypothesis seems all the more reasonable because it appears to match the particularities of the landscape that spreads along the banks of the lower Lucus, a countryside characterized by lowlands and floodplains. On the other hand, this also seems to better match the information provided by Rui de Pina, Leo Africanus and Mármol Carvajal, according to whom Muhammad al-Shaykh, faced with the damage caused by Portuguese artillery, considered it preferable to keep a greater distance, laying the siege beyond its range of fire, which would imply, in some way, that the Portuguese occupied an elevated position, incompatible with any island located somewhere along the river (Pina, 1977a, p. 958; Africano, 1550, fl. 51v; 1573, fl. 113).

As other authors have already pointed out, the available sources reveal striking discrepancies regarding the distance between the place where Graciosa was built and the sea. Rui de Pina and Garcia de Resende only mention that it was built “polo Rio acima de Larache” (Pina, 1977a, p. 957) and that the famous stockade was placed “em huma parte do Rio, que abaixo da Villa se vadeava” (Pina, 1977a, p. 958), without referring to distances. As we have seen before, the work of Leo Africanus includes two different figures: in the *editio princeps*, published in Venice, as in most of the subsequent ones, one can read *dieci miglia* and in the first French edition, as in the following ones in this language, *deux mile*. As we also saw before, Mármol Carvajal locates the fortress at a distance of three *léguas* from the sea. Bernardo Rodrigues, an author whose testimony is particularly relevant because he visited Graciosa more than once, as already mentioned

fazendo apenas menção a que esta foi erguida “polo Rio acima de Larache” (Pina, 1977a, p. 957) e que a célebre estacada foi colocada “em huma parte do Rio, que abaixo da Villa se vadeava” (Pina, 1977a, p. 958), nada dizem a esse respeito. Como vimos antes, a obra de Leão Africano ostenta duas lições distintas, na *editio princeps*, publicada em Veneza, tal como na maioria das subseqüentes, pode ler-se *dieci miglia* e na primeira edição francesa, tal como as seguintes nesta língua, *deux mile*. Como também vimos antes, Mármol Carvajal localiza-a a *tres leguas del mar*. Bernardo Rodrigues, autor cujo testemunho é de destacar pois este, como já notou David Lopes, esteve mais que uma vez no local, faz referência clara ao “castelo ou vila que o dito Dom João mandou fazer três legoas acima polo rio de Larache e outras três d’Alcacere Quebir” (Rodrigues, 1915, I, p. 495).

Aos testemunhos identificados antes, podemos ainda acrescentar um outro que, não sendo coevo, está relativamente próximo dos acontecimentos. Neste, uma carta de Nuno Fernandes de Ataíde a el-rei D. Manuel, datada de Safim, 17 de agosto de 1515, a propósito do episódio da Mamora, o capitão de Safim diz: “lembro a Vosallteza que fez el rey Dom João, que Deos aja, a Graceosa, duas leguoas gramdes da barra” (Cenival, 1934b, p. 733).

Em suma, apresentando as distâncias fornecidas pelos diferentes testemunhos, do mais antigo para o mais moderno, podemos distinguir o seguinte: o de Nuno Fernandes de Ataíde, fixa o local da Graciosa a duas léguas grandes da barra, Bernardo Rodrigues a três léguas, Leão Africano, numa edição a dez milhas e noutra a duas e, finalmente, Mármol Carvajal a três léguas.

Como dissemos antes, ao incluir a menção a que a fortaleza portuguesa fora construída na embocadura do rio, localizando-a, na sua primeira edição, a dez milhas do mar, o testemunho de Leão Africano incorpora uma evidente ambiguidade. Pelo contrário, se seguirmos a primeira edição francesa, que a localiza a duas milhas, a referida incongruência dilui-se por completo. Nestas circunstâncias, não podemos deixar de sugerir, não obstante isso significar pôr de lado a versão da *editio princeps*, que a leitura a adotar deverá ser antes duas milhas. Então, podemos inferir da leitura de Leão Africano, que a fortaleza teria sido erguida a cerca de duas milhas do mar, quer dizer, assumindo que o autor se refere à milha mediterrânica, a cerca de três quilómetros do mar (Marques, 2001, p. 61), o que significa que a mesma teria sido levantada algures próximo do promontório a que os portugueses, no final do século XV, chamavam *Xamez*.

Curiosamente, uma representação cartográfica da região de Larache, datada do início do século XVII, assinala no estuário do mencionado rio três ilhas, sobre as quais a respetiva legenda diz o seguinte: “I, Hé hũ Paul areozo que se cobre com a enchente da maré; K, Hé húa Ilha em a qual com pouquo custo se podem fa-

by David Lopes, makes a clear reference to the “castelo ou vila que o dito Dom João mandou fazer três legoas acima polo rio de Larache e outras três d’Alcacere Quebir” (Rodrigues, 1915, I, p. 495).

The above referred testimonies can be reinforced by another one, which, although not coeval, is relatively close to the events. This is a letter on the subject of the Mamora incident, from Nuno Fernandes de Ataíde to King Manuel, dated from Safi, August 17th 1515, in which the captain of Safi wrote: “lembro a Vosallteza que fez el rey Dom João, que Deos aja, a Graceosa, duas leguoas grandes da barra” (Cenival, 1934b, p. 733).

In short, by listing the distances indicated by the different testimonies, in chronological order, we can see the following: Nuno Fernandes de Ataíde sets Graciosa's location at two *léguas grandes* from the river mouth, Bernardo Rodrigues at three *léguas*, Leo Africanus at ten miles in one edition and at two in another and, finally, Mármol Carvajal at three *léguas*.

As we said before, the testimony of Leo Africanus incorporates a clear ambiguity by mentioning that the Portuguese fortress was built at the mouth of the river, situating it ten miles away from the sea in the first edition. On the contrary, if we follow the first French edition, where the fortress is situated two miles away from the sea, this inconsistency will be completely diluted. In these circumstances, we would suggest that the reading to be adopted should be two miles rather than ten, although this would entail setting aside the version of the *editio princeps*. In this case, one could infer from the reading of Leo Africanus, that the fortress would have been built about two miles from the sea, i.e. about three kilometres from the sea, assuming that the author refers to the Mediterranean mile (Marques, 2001, p. 61), which means that it would have been built somewhere near the promontory referred to by the Portuguese as *Xamez*, by the end of the 15th century.

Interestingly, a cartographic representation of the Larache region, dating back to the early 17th century, shows three islands in the estuary of the river; the respective legend reads: “I, Hé hũ Paul areozo que se cobre com a enchente da maré; K, Hé húa Ilha em a qual com pouquo custo se podem fazer marinhas;” and, a little further on, “O, He húa Ilha grande onde se podem fazer marinhas;” (Farinha, 1987, p. 163-164). Some centuries later, Charles Joseph Tissot, observing the same region, identified three peninsulas, which seem to correspond to the islands of the aforementioned cartographic representation, which he calls, respectively: *El-Khlidj* or the Estuary, *Tchemmich* and *Sidi Oueddar* (Tissot, 1877, p. 76). In the same work, when characterizing the landscape of two of these peninsulas, *Tchemmich* and *El-Khlidj*, the author not only confirms what the cartographic representation already revealed but also makes it clear that in no case could the Portuguese have chosen such

zer marinhas;” e, um pouco mais à frente, “O, He húa Ilha grande onde se podem fazer marinhas;” (Farinha, 1987, p. 163-164). Alguns séculos volvidos, Charles Joseph Tissot, observando a mesma região, identificou três penínsulas, as quais parecem corresponder às ilhas que constam da representação cartográfica antes mencionada, a que chama, respetivamente: de *El-Khlidj* ou do Estuário, de *Tchemmich* e de *Sidi Oueddar* (Tissot, 1877, p. 76). Na mesma obra, ao caracterizar a paisagem de duas dessas penínsulas, de *Tchemmich* e de *El-Khlidj*, não só confirma o que a representação cartográfica já revelava como torna claro que, em caso algum, os portugueses poderiam ter escolhido semelhante local para construir uma vila e fortaleza. Aliás, noutra obra publicada no ano anterior, referindo-se ao que outros autores ou a tradição popular diziam sobre a presença de uma fortaleza portuguesa numa dessas ilhas, já Charles Tissot assinalava:

C'est également par erreur qu'on a identifié l'île, ou plutôt la presqu'île qui existe aujourd'hui à l'embouchure du Loukkos, presque au-dessous d'El'Arâich, et à laquelle les indigènes, ainsi qu'on l'a vu plus haut, donnent le nom de El Khlidj, à l'île que les Portugais tentèrent d'occuper. (Tissot, 1876, p. 27)

Em qualquer caso, tal localização não é compatível com tudo o que sabemos sobre o episódio da Graciosa, designadamente sobre a situação insustentável a que os portugueses se viram reduzidos quando a fortaleza foi cercada e estes se viram impedidos de receber o socorro da frota, a qual, pela designação que lhe foi atribuída – de Xamez – e pelo que sabemos sobre as condições naturais do estuário do rio Lucos, deve ter pousado, precisamente, nas imediações da antiga *Lixus*, ou seja, a uma légua da barra (Coelho, 1943, p. 302-303; Pereira, 1991, p. 571). Enfim, sendo assim, não podemos deixar de classificar o testemunho de Leão Africano, no que concerne à localização da fortaleza, como inverosímil.

Então, reduzidos agora às restantes fontes, os dados que estas oferecem apontam para que a Graciosa tivesse sido erguida, algures nas margens do rio Lucos, a uma distância superior a duas léguas e inferior a três, contadas a partir da barra, quer isto dizer, algures entre 13 a 19 quilómetros do mar (Marques, 2001, p. 61). Aliás, em caso algum, mais para montante pois, como podemos retirar de uma célebre descrição de Marrocos, dos finais do século XVI, era esse o limite onde chegava a maré (Anónimo, 1909, p. 55).

Para além de identificar a distância, em termos absolutos, a que a fortaleza se encontrava do mar, Bernardo Rodrigues, como vimos antes, também regista que a mesma foi construída a meio caminho entre a foz do rio Lucos e Alcácer Quibir, quer dizer, segundo o mesmo autor, a três léguas desse bastião militar (Rodrigues, 1915, I, p. 495).

a place to build a town and fortress. Incidentally, in another work published in the previous year, referring to what other authors or popular tradition said about the presence of a Portuguese fortress on one of these islands, Charles Tissot had already pointed out:

C'est également par erreur qu'on a identifié l'île, ou plutôt la presqu'île qui existe aujourd'hui à l'embouchure du Loukkos, presque au-dessous d'El'Arâich, et à laquelle les indigènes, ainsi qu'on l'a vu plus haut, donnent le nom de El Khlidj, à l'île que les Portugais tentèrent d'occuper. (Tissot, 1876, p. 1). 27)

In any case, such a location is not compatible with everything we know about the Graciosa incident, particularly about the unsustainable situation of the Portuguese when the fortress was besieged and they were prevented from receiving help from the fleet, which, on account of its designation – *Xamez* – and of what we know about the natural conditions of the Lucus river estuary, must have landed in the vicinity of the ancient city of *Lixus*, ca. one *légua* from the river mouth (Coelho, 1943, p. 302-303; Pereira, 1991, p. 571). Hence, we must consider the testimony of Leo Africanus as implausible, as far as the location of the fortress is concerned.

Thus, and as we are now limited to the other sources, the data they provide indicate that Graciosa was probably built somewhere on the banks of the Lucus river, at a distance of more than two and less than three *léguas*, counted from the river mouth, that is, somewhere between 13 and 19 kilometres away from the sea (Marques, 2001, p. 61). In any case, by no means further upstream because, as we can gather from a famous description of Morocco in the late 16th century, this was the limit reached by the tide (Anónimo, 1909, p. 55).

Besides identifying the distance between the fortress and the sea, in absolute terms, Bernardo Rodrigues, as we saw before, also mentions that it was built halfway between the mouth of the river Lucus and Ksar el-Kebir, that is, according to the same author, three *léguas* from this military bastion (Rodrigues, 1915, I, p. 495).

Under these circumstances, although we have to consider that the distances mentioned by the sources must of course be estimations and, on the other hand, that they were probably calculated by following the course of the river – which has apparently changed over time – one may, in any case, try to define an area where the fortress is likely to have been built up. This area, in view of the above referred data and in broad terms, should be situated between two points of reference: the *Sīdī Mubārak* mausoleum (35° 9' 49" N and 6° 4' 58" W) and, upstream, the small salient where García Figueras locates Graciosa (35° 7' 49" N and 6° 2' 41" W). Regarding the latter reference point, it is interesting to suggest that the location identified by García Figueras may be related not only to the configuration of the space –

Nestas circunstâncias, muito embora tenhamos que considerar que as distâncias registadas nas fontes não podem deixar de ser, naturalmente, aproximadas e, por outro lado, que as mesmas terão sido calculadas seguindo o curso do rio – o qual, tudo aponta, sofreu alterações –, não podemos, em todo o caso, deixar de definir uma mancha de território onde é provável que a fortaleza tenha sido erguida. Esta mancha, face aos dados apresentados, deverá corresponder, *grosso modo*, aquela que se situa entre dois pontos de referência: o mausoléu de Sīdī Mubārak (35° 9' 49" N e 6° 4' 58" O) e, para montante, a pequena saliência onde García Figueras diz ter sido o lugar da Graciosa (35° 7' 49" N e 6° 2' 41" O). A propósito deste último ponto de referência, afigura-se interessante sugerir que a identificação de García Figueras possa estar relacionada não só com a configuração do espaço – uma ilha, "aunque en la actualidad no lo sea" (Figueras, 1941, p. 7) – mas também com o facto do mesmo, calculando a distância em linha reta, se situar, mais ou menos, a três léguas de distância de Alcácer Quibir, o que vai ao encontro do testemunho de Bernardo Rodrigues.

Como David Lopes já assinalou, tratando-se de identificar o lugar da Graciosa, o autor dos *Anais de Arzila* não se limita a indicar distâncias, a outro respeito, aqui e ali, fornece alguns dados que podem contribuir para essa identificação. Com efeito, descrevendo o território, Bernardo Rodrigues diz: "Pois esta ribeira, que corre polo pé desta serra [Benagorfade] e a aparta das outras, vai até se meter na ribeira da Ponte, e decendo por ela, que é asaz grande, vai entrar no rio de Larache, donde foi a Graciosa" (Rodrigues, 1915, I, p. 96). Um pouco mais à frente, a propósito de uma ação militar portuguesa na região, acrescenta: "afastando-se dos caminhos, se foi por antre o Zambujal e Alfandux, e polo pé de Taurete foi amanhecer no Funchal, abaixo da Ponte, sobre a Graciosa, e, pondo atalaias sobre si, dava vista á Ponte e á estrada d'Alcacere;" (Rodrigues, 1915, I, p. 204). Finalmente, podemos ainda assinalar, referindo-se a um cativo que fugira ao alcaide de Alcácer Quibir e à perseguição que este lhe moveu, regista: "Tanto que as guardas o acháram menos e dérão rebate ao alcaide, saio logo até a Ponte, tres legoas d'Alcacere, e não achando por todo o rio da Ponte rasto de ser passado, pôs muitas guardas por toda aquela ribeira da Graciosa até Algarrafa" (Rodrigues, 1915, I, p. 233).

A análise daquilo que Bernardo Rodrigues nos diz e a sua comparação com mapas modernos, diz-nos, desde logo, algo que já sabíamos, que a Graciosa se situava para jusante da confluência entre o rio da Ponte (*Makhāzin*) e o rio Lucos. Para além disso, o autor faz menção a que os cavaleiros portugueses, tendo passado nas imediações de Taurete [Tāūrāt], foram amanhecer no "Funchal, abaixo da Ponte, sobre a Graciosa". Ora bem, a este propósito, afigura-se interessante notar que num mapa, produzido pela *Comisión del Cuerpo de E.M. del Ejército*, intitulado *Croquis del Imperio de Marruecos: Larache y Alcazar*, impresso em Madrid, pela Zincografía del Depósito

an island, "even if it no longer is one" (Figueras, 1941, p. 7) – but also to the fact that, calculating the distance in a straight line, it is situated some three *léguas* away from Ksar el-Kebir, which is consistent with Bernardo Rodrigues' testimony.

As David Lopes has already pointed out, when it comes to identifying the location of Graciosa, the author of the *Anais de Arzila* not only indicates distances but also provides, here and there and concerning other matters, some data that can contribute to this identification. In fact, when describing the territory, Bernardo Rodrigues states: "Pois esta ribeira, que corre polo pé desta serra [Benagorfade] e a aparta das outras, vai até se meter na ribeira da Ponte, e decendo por ela, que é asaz grande, vai entrar no rio de Larache, donde foi a Graciosa" (Rodrigues, 1915, I, p. 96). A little further on, regarding a Portuguese military action in the region, he adds: "afastando-se dos caminhos, se foi por antre o Zambujal e Alfandux, e polo pé de Taurete foi amanhecer no Funchal, abaixo da Ponte, sobre a Graciosa, e, pondo atalaias sobre si, dava vista á Ponte e á estrada d'Alcacere;" (Rodrigues, 1915, I, p. 204). And finally, referring to the persecution of a captive who had fled from the alcaide of Ksar el-Kebir: "Tanto que as guardas o acháram menos e dérão rebate ao alcaide, saio logo até a Ponte, tres legoas d'Alcacere, e não achando por todo o rio da Ponte rasto de ser passado, pôs muitas guardas por toda aquela ribeira da Graciosa até Algarrafa" (Rodrigues, 1915, I, p. 233).

The analysis of what Bernardo Rodrigues reports and the comparison with modern maps seems to confirm something we already knew, that Graciosa was located downstream of the confluence of the Ponte river (*Makhāzin*) with the Lucus river. Moreover, the author mentions that the Portuguese knights, having passed near *Taurete* [Tāūrāt], were in "Funchal, abaixo da Ponte, sobre a Graciosa" at dawn. In this regard, it is interesting to note that in a map produced by the *Comisión del Cuerpo de E.M. del Ejército*, entitled *Croquis del Imperio de Marruecos: Larache y Alcazar*, printed in Madrid by the Zincografía del Depósito de la Guerra in 1906, the identification of another tributary of the Lucus river, not far from the Sīdī mausoleum, reads: *Jolch del Kantara de Amar*. The mention of a stream, explicitly designated as the Ponte de Amar stream, which appears to correspond to what modern maps designate as the Bou Safi river, suggests that there was a bridge in it, not far from Taurete. This seems to indicate a scenario that places Graciosa between this river and the Ponte river (Figuigui, 2010, p. 78). Lastly, the reference made by Bernardo Rodrigues, on more than one occasion, to a "ribeira da Graciosa", a name that the author clearly relates to the fortress, seems to match the existence of a watercourse between the two above mentioned streams, i.e. it seems to match what is shown in the aforementioned *Croquis* under the designation of *Jolch Sibara* or *Jolch Talaa*, in the present-day cartography of the Tala river.

de la Guerra, em 1906, não muito longe do mausoléu de Sīdī Mubārak, identificando um outro afluente do Lucos, se possa ler: *Jolch del Kantara de Amar*. A menção a uma ribeira, explicitamente designada como da Ponte de Amar, a qual se afigura corresponder ao que em mapas modernos surge como o rio Bou Safi, sugerindo que na mesma existia uma ponte, não muito longe de Taurete, parecem então apontar para um cenário que situa a Graciosa entre este rio e o rio da Ponte (Figuigui, 2010, p. 78). Finalmente, a referência de Bernardo Rodrigues, em mais que uma ocasião, a uma "ribeira da Graciosa", nome que o autor relaciona claramente com a fortaleza, parece então ajustar-se a um curso de água entre os dois mencionados antes, quer isto dizer, ao que no *Croquis* supracitado aparece registado com o nome de *Jolch Sibara* ou *Jolch Talaa*, na actual cartografia rio Tala.

Assim, se a análise daquilo que dizem as fontes disponíveis, tratando-se de identificar distâncias, conduziu à definição de uma mancha de território onde é provável que a Graciosa tivesse sido erguida, a análise do testemunho de Bernardo Rodrigues permitiu definir uma outra que, começando mais para montante, se intersecta com a anterior numa saliência nas margens do rio Lucos, nas imediações da qual, sugerimos, se localizaria a ribeira da Graciosa. Nestas circunstâncias, não podemos deixar de reconhecer que, afinal, a intuição de García Figueras não o enganou e que, com razoável probabilidade, os vestígios da Graciosa não deverão estar muito longe do local identificado por ele, o que, naturalmente, só poderá ser comprovado, em momento oportuno, através de trabalho a desenvolver por arqueólogos.

Enfim, pensamos que se afigura ainda interessante assinalar que num mapa espanhol, intitulado *Mapa del norte de Marruecos (Larache)*, produzido pelo Servicio Geográfico del Ejército em 1951, tal como no *Croquis* supracitado, se possa ler, precisamente no local identificado: Es Suir, ou seja, o que parece ser uma corruptela da forma local *al-ṣwira* (em árabe literal *al-suwayra*) por outras palavras, pequena fortaleza (Marcel, 1885, p. 415; Lane, 1968, IV, p. 1464-1465).

*

Contrariamente à ideia veiculada por grande parte da historiografia consagrada à política marroquina de D. João II, a sua vertente militarista não se confinou ao episódio da Graciosa. É certo ter tido este sucesso contornos singulares que o demarcam de outras iniciativas armadas levadas a cabo pelos seus antecessores. Referimo-nos ao seu objetivo, à duração do empreendimento (cerca de seis meses), à sucessão de armadas enviadas e ao envolvimento pessoal do próprio rei. Singularidades que explicam, em última análise, ter D. João II escrito uma longa carta ao papa Inocêncio VIII, fazendo-lhe um relato conciso de todo o sucesso e seu desenlace (De Witte, 1958, p. 95-100).

Thus, if the analysis of what is conveyed by available sources, when it comes to identifying distances, led to the definition of an area where Graciosa was likely raised, the analysis of the testimony of Bernardo Rodrigues made it possible to define another area that, starting further upstream, intersects the previous one at a salient on the banks of the Lucus river, in the vicinity of which we would situate the proposed location of the Ribeira da Graciosa. Under these circumstances, one must recognise that García Figueras' intuition did not deceive him after all and that, with reasonable probability, the remains of Graciosa should be located too not too far from the place identified by him, which, of course, can only be proven through work to be performed by archaeologists, in due time.

Finally, we believe that it is also interesting to note that a Spanish map entitled *Mapa del norte de Marruecos (Larache)*, produced by the Servicio Geográfico del Ejército in 1951, shows, just like the aforementioned *Croquis* and precisely at the identified location, the toponym Es Suir, which seems to be a corruption of the local form *al-ṣwira* (*al-suwayra* in literal Arabic) in other words, small fortress (Marcel, 1885, p. 415; Lane, 1968, IV, p. 1464-1465).

*

As opposed to the idea conveyed by a large part of the historiography devoted to the Moroccan politics of King João II, its militaristic dimension was not limited to the Graciosa incident. Indeed, this event has some unique features that distinguish it from other armed initiatives carried out by the king's predecessors. We are referring to its objective, the duration of the enterprise (about six months), the succession of armadas dispatched and the personal involvement of the king himself. These singularities ultimately explain why King João II wrote a long letter to Pope Innocent VIII, providing him with a concise account of the whole event and its outcome (De Witte, 1958, p. 95-100).

These justifications were required, in view of the pecuniary advantages obtained through the concession of the already mentioned *Ortodoxae Fidei* papal bull of February 18th, 1486. In addition to the direct or indirect participation of his subjects in the war against the "infidels", the king was entitled to a financial contribution from them. For this purpose, a graduated taxation system was established, similar to the one designed to help the Catholic Kings finance the war on Granada. Moreover, exclusivity was granted in order to enhance the effects, i.e. all other indulgences were suspended for three years (Rego, 1971, p. 681-698).

This papal bull reproduces the reasons invoked to the royal request, by stating the Portuguese king's intention to continue the war in North Africa, "a qual cousa porventura tentara já de fazer se para isso o não impediram as traições e dissensões e outras muitas diferenças que em seus reinos, depois de suceder no

Justificações que se impunham, tendo em conta as vantagens pecuniárias, usufruídas pela concessão da já citada bula papal *Orthodoxae Fidei* de 18 de fevereiro de 1486. Com efeito, através dela, além da participação pessoal ou por interposta pessoa dos seus súbditos na guerra contra os “inféis”, era-lhe garantida uma contribuição pecuniária dos mesmos. Sendo, neste particular, estabelecida uma tarifação graduada, à semelhança da que fora concebida para ajudar os Reis Católicos a financiar a guerra de Granada. E mais, para melhorar o rendimento, foi ainda concedida a exclusividade, ou seja, todas as outras indulgências foram suspensas por três anos (Rego, 1971, p. 681-698).

Na mesma bula, reproduzindo-se fundamentação de memória justificativa do pedido régio, afirma-se o propósito do rei português prosseguir a guerra no Norte de África, “a qual cousa porventura tentara já de fazer se para isso o não impediram as traições e dissensões e outras muitas diferenças que em seus reinos, depois de suceder no senhorio deles, o diabo inimigo de geração humana intentou” (Rego, 1971, p. 682). Referência explícita aos bem conhecidos problemas políticos internos do início do reinado de D. João II.

Temos, assim, que, em 1487, o rei português manifestava propósito de levar a cabo campanhas militares em Marrocos e a bula papal propiciava-lhe meios consideráveis para o efeito. E é com a chancela desta bula de cruzada que ocorre a tentativa frustrada de construção da fortaleza da Graciosa, mas também outras ações militares. Passaremos a enumerar aquelas que foram de iniciativa régia e preparadas no Reino.

· 1487, em agosto, uma armada de 30 navios, com muitas *taforeias*, 150 cavaleiros e 1 000 de infantaria (besteiros e espingardeiros), sob comando de Diogo Fernandes de Almeida faz uma incursão na região de Anafé, ou seja, na Enxovia, a duas léguas da costa, segundo Bernardo Rodrigues em terra designada Alagoas (cinco léguas a sul de Larache, entre os rios Larache e da Mamora). A esta armada associou-se um certo número de cavaleiros andaluzes. Destruíram e incendiaram vários *aduares*, mataram 900 mouros e recolheram muito despojo, incluindo 400 cativos (Pina, 1977a, p. 942-943; Resende, 1994, p. 254-255), números estes não coincidentes com outras fontes: segundo o autor anónimo andaluz que participou nesta investida, os cativos teriam sido 800 (Cenival, 1934b, p. 3), já Bernardo Rodrigues fica-se por mais de 300 (Rodrigues, 1915, I, p. 351). Esta expedição parece ter tido também um carácter punitivo, visando parte da Enxovia, revoltada contra um senhor da terra, Mulei Befageja [Mawlāy Abū al-Ḥadjdjādī Yūsuf ibn Zayyān, parente próximo de Mulei Xeque] (Adam, 1968, p. 51), com quem D. João II tinha então paz.

· 1488, em junho, preparou-se grande armada em Lisboa, tendo em vista o propósito de D. João II de “fazer guerra mais apertada a África, como sempre era seu desejo, especialmente para aparelhar melhor

senhorio deles, o diabo inimigo de geração humana intentou” (Rego, 1971, p. 682). This is an explicit reference to the well-known internal political problems during the beginning of the reign of King John II.

Therefore, in 1487, the Portuguese king expressed his intention to carry out military campaigns in Morocco and the papal bull provided him with considerable means to do so. And it was under the seal of this crusade bull that the frustrated attempt to build the fortress of Graciosa, but also other military actions, took place. The royal initiatives initiative that were prepared in the Kingdom of Portugal were the following:

· In August 1487, an armada of 30 ships, including many *taforeias*, 150 cavalrymen and 1 000 infantry (crossbowmen and riflemen), under the command of Diogo Fernandes de Almeida made an incursion into the region of Anafé, that is, in Enxovia, two *léguas* from the coast, in a zone known as Alagoas (five *léguas* south of Larache, between the Larache and Mamora rivers), according to Bernardo Rodrigues. A number of Andalusian knights joined this armada. The attackers destroyed and set fire to several *aduares* (ambulatory villages), killed 900 Moors and collected much spoil, including 400 captives (Pina, 1977a, p. 942-943; Resende, 1994, p. 254-255). However, these figures are not consistent with other sources: according to the anonymous Andalusian author who participated in this raid, the captives were 800 (Cenival, 1934b, p. 3) and Bernardo Rodrigues refers to more than 300 (Rodrigues, 1915, I, p. 351). This expedition also seems to have had a punitive character, targeting a part of the Enxovia in rebellion against a local lord, Mulei Befageja [Mawlāy Abū al-Ḥadjdjādī Yūsuf ibn Zayyān, a close relative of Muhammad al-Shaykh] (Adam, 1968, p. 51), with whom King João II was at peace by then.

· In June 1488, a great armada was assembled in Lisbon, in view of the King João II's purpose: “fazer guerra mais apertada a África, como sempre era seu desejo, especialmente para aparelhar melhor o caminho à sua passagem, para que em pessoa se fazia prestes”. Consisting of 500 cavalrymen and 1 000 foot soldiers (crossbowmen and riflemen), it was headed by Fernão Martins Mascarenhas, *capitão dos ginetes*, and Aires da Silva, the *camareiro mor*. However, a part of it would end up being disbanded, when it was known that the Moors had been warned and had fled to safety, taking their belongings with them. The armada was therefore reduced to 30 caravels and *taforeias* and 150 cavalrymen, under the command of Fernão Martins Mascarenhas. The landing was made in Asilah where they were joined by Dom João de Meneses, the captain of Tangiers, and the count of Borba, *frontereiro* in Asilah. This army of 500 *lanças* (each “lança” consisted of a knight armed with a spear and a variable number of fighters on horseback or on foot) and 300 foot crossed the fields of Ksar el-Kebir, penetrating deep inland, as far as a zone where, until then, the Portuguese had

o caminho à sua passagem, para que em pessoa se fazia prestes". Constituída por 500 cavaleiros e 1 000 homens a pé (besteiros e espingardeiros) tinha como chefias Fernão Martins Mascarenhas, capitão dos ginetes, e Aires da Silva, camareiro mor. No entanto, parte dela acabaria por se desarmar, ao saber-se que os mouros, avisados, se tinham posto a salvo com suas fazendas, ficando, por isso, reduzida a 30 caravelas e taforeias e 150 cavaleiros, sob o comando de Fernão Martins Mascarenhas. O desembarque faz-se em Arzila onde se lhes juntaram D. João de Meneses, capitão Tânger, e o conde Borba, fronteiro em Arzila. Com um exército de 500 lanças (cada lança compreendia um cavaleiro armado de lança e um número variável de combatentes a cavalo ou a pé) e 300 homens de infantaria vão correr o campo de Alcácer Quibir, avançando bem para interior até zona aonde, até então, os portugueses nunca tinham ousado penetrar. Aí, atacam uma aldeia grossa, matando muitos mouros e recolhendo 250 cativos, muito gado, bestas, prata e infinito despojo (Pina, 1977a, p. 950-951; Resende, 1994, p. 266-267).

· 1490, antes da Páscoa, uma armada 50 velas, bem provida de gente, cavalos e armas, sob chefia de D. Fernando de Meneses, filho maior do marquês de Vila Real, parte do Algarve com missão de desmontar o estratagema de Alle-Barraxa [*‘Alī ibn Rāshid*], senhor dos Gomara [*Ghumāra*], para se apoderar de Ceuta. Em Gibraltar, soube D. Fernando não ir avante a intenção de Barraxa e resolve, então, de acordo com seu irmão D. António, capitão de Ceuta, ir sobre a vila de Targa. Juntando-se a ele navios de Castela e Ceuta, num total de 2 000 homens. Os habitantes de Targa, à vista da frota portuguesa, acolheram-se às serras, sendo, por isso, a vila tomada sem grande resistência, derrubada e queimada. Além do muito despojo saqueado, foram recolhidos alguns cativos cristãos, uns foram diretamente para Castela e trinta outros foram transportados na frota que rumou para Ceuta. Nesta praça, D. Fernando concerta-se com os capitães de Alcácer Ceguer e Tânger, decidindo atacar Camice [*Sūk al-Khamīs*] (Ricard, 1955c, p. 77-78), povoação muito forte e constituída por vários lugares ou *kaṣbā* (Lane, VII, p. 2530), situado em ásperas serras, nunca atacado pelos cristãos, à qual, por isso, os mouros chamavam "Encantado". As forças reunidas – 400 a cavalo e 1 200 a pé – partem de Alcácer Ceguer. Não tendo deparado com grande resistência, arrasam e queimam a povoação e matam 400 mouros, após o que retornam a Alcácer com cerca de 100 cativos e um despojo de muito gado, roupas e outras coisas (Pina, 1977a, p. 962-964; Resende, 1994, p. 304-306).

As expedições relevadas, todas elas razias, expressam uma das dimensões mais características da expansão portuguesa em Marrocos. Com estas ações bélicas, visava-se, pela atemorização, desgastar as forças locais e neutralizar possíveis veleidades de ameaça aos espaços diretamente controlados pelos portugueses ou de sublevação daqueles que deles eram tributários. Uma estratégia de atuação, diga-se, validada pelo poder

never dared to penetrate. There, they attacked a large village, killing many Moors and capturing 250 captives, much cattle, beasts, silver and infinite plunder (Pina, 1977a, p. 950-951; Resende, 1994, p. 266-267).

· Before the Easter of 1490, an armada of 50 ships, well provided with people, horses and weapons, under the leadership of Dom Fernando de Meneses, the elder son of the marquis of Vila Real, sailed from Algarve with the mission of dismantling the stratagem devised by Alle-Barraxa [*‘Alī ibn Rāshid*], Lord of Gomara [*Ghumāra*] to seize Ceuta. In Gibraltar, King Fernando learned that Barraxa had no intention of proceeding and decided, in agreement with his brother Dom Antonio, the captain of Ceuta, to attack the town of Targa. He was joined by ships from Castile and Ceuta, in a total of 2 000 men. The inhabitants of Targa, seeing the Portuguese armada, fled to the mountains, and therefore the village was taken without much resistance, knocked down and burned. In addition to the considerable spoils, a number of Christian captives were gathered; some went directly to Castile and thirty others were transported in the fleet that set sail for Ceuta. Here, Dom Fernando consulted with the captains of Ksar el-Seghir and Tangiers and decided to attack Camice [*Sūk al-Khamīs*] (Ricard, 1955c, p. 77-78), a very strong settlement consisting of several places or *kaṣbā* (Lane, VII, p. 2530), situated in rough mountains and never before attacked by the Christians, which is why the Moors called it "Encantado" (lit.: enchanted). The assembled forces – 400 horse and 1 200 foot – departed from Ksar el-Seghir. Not encountering much resistance, they destroyed and burned the village and killed 400 Moors, after which they returned to Ksar with some 100 captives and much cattle, clothes and other things (Pina, 1977a, p. 962-964; Resende, 1994, p. 304-306).

The above listed expeditions, raids all of them, express one of the most characteristic dimensions of the Portuguese expansion in Morocco. These armed actions were intended to spread fear, in order to deplete the local forces and neutralize possible intents of threatening spaces directly controlled by the Portuguese or the uprising of those who paid tribute to them. A strategy of action, let it be said, validated by the central power, as evidenced by the countless letters of mercy or pardon related to crimes, issued by the Royal Chancellery and granted for services or for the simple participation in this type of enterprises.

Taken as a whole, they allow us to conclude that in the second half of the 1480s, the Moroccan plan of King João II had a strong military component. The king's own commitment to this component of the Moroccan project is also evident in the many occasions in which, if we heed Rui de Pina and Garcia de Resende, chroniclers who rubbed shoulders with the king, he expressed his intention of commanding a war action in Morocco in person, or, as he said and wrote, "passar em África", i.e. crossing to Morocco.

central, como o atestam as inúmeras cartas de mercê ou de perdão de crimes da chancelaria régia, concedidas por serviços ou simples participação neste tipo de empreendimentos.

No seu conjunto, permitem-nos concluir que, na segunda metade dos anos de 1480, o plano marroquino de D. João II apresenta uma forte componente militar. O empenhamento do próprio rei nesta vertente do projeto marroquino está ainda patente, nas diversas vezes em que, a darmos crédito a Rui de Pina e Garcia de Resende, cronistas que com ele privaram, manifestou a intenção de, em pessoa, comandar uma ação guerreira em Marrocos ou, como dizia e escrevia, “passar em África”, isto é, a Marrocos.

Tal aconteceu, como se viu, aquando da preparação da armada de 1488 de Fernão Martins Mascarenhas e aquando da empresa da Graciosa. Já na década de 1490, mais precisamente em 1492, D. João II aceita receber em Portugal, a troco de prestação pecuniária, alguns dos judeus expulsos pelos Reis Católicos de Espanha, alegando ser esse dinheiro, escreve Rui de Pina, “para ele passar em África com menos opressão e despesa de seu povo” (Pina, 1977a, p. 1013). Acrescentando Garcia de Resende que, com este expediente, “el-rei houve uma grande soma de dinheiro, do qual não despendeu uma só peça, porque o tinha para a dita passagem que, com sua doença não pode fazer, e por sua morte se achou todo o dinheiro junto, assim como o houve, sem falecer nada” (Resende, 1994, p. 403-404).

Refira-se, por último, episódio sem grandes consequências, mas revestindo-se de significado nesta vertente da expansão marroquina de D. João II: a vinda a Portugal, em 1493, de um fidalgo francês de alta linhagem de seu nome René de Chateaubriand, acompanhado de séquito numeroso. O seu propósito era prestar ajuda ao monarca português na “guerra dos mouros”. D. João II, que já teria trocado correspondência com ele, fez-lhe muita honra e, por carta datada de 11 de agosto de 1493, nomeou-o conde da vila e terra de Gazaua (situada nas montanhas a oriente de Alcácer Quibir), fazendo-lhe doação do respetivo território e de 2 000 coroas anuais. Na mesma data, nomeava-o ainda capitão principal de todas as pessoas e gentes que recrutasse nas partes de França e Alemanha, com pagamento de soldo e fretes de navios, para “a nossa passagem e conquista de África e reino de Fez, quando com a ajuda de Nosso Senhor Deus nós em pessoa [...] a tão honrada empresa passarmos” (Cenival, 1934, p. 37). O fidalgo francês retirou-se depois para o seu país para não mais voltar a Portugal por, entretanto, se ter envolvido em guerras que ali se travaram. A sua passagem por Portugal, como sublinha Dias Farinha, “viera animar os projetos africanos do Príncipe Perfeito e servira para divulgar na Europa e empresa de conquistas aos infiéis” (Farinha, 1990, I, p. 179).

This happened, as we saw, during the preparations of the 1488 armada of Fernão Martins Mascarenhas and during the Graciosa undertaking. Already in the 1490s, more precisely in 1492, King João II, in exchange for pecuniary benefits, accepted to receive in Portugal some of the Jews expelled by the Catholic Kings of Spain, claiming that this money, as Rui de Pina wrote, was “para ele passar em África com menos opressão e despesa de seu povo” (Pina, 1977a, p. 1013). Garcia de Resende further notes that, thanks to this arrangement, “el-rei houve uma grande soma de dinheiro, do qual não despendeu uma só peça, porque o tinha para a dita passagem que, com sua doença não pode fazer, e por sua morte se achou todo o dinheiro junto, assim como o houve, sem falecer nada” (Resende, 1994, p. 403-404).

Finally, let us mention an event without great consequences, but still meaningful in the scope of King João II's Moroccan expansion: the arrival in Portugal, in 1493, of a French nobleman of high lineage, René de Chateaubriand, accompanied by a numerous entourage. His purpose was to help the Portuguese monarch in the “guerra dos mouros”. King João II, who had already exchanged correspondence with Chateaubriand, did him great honour and, in a letter dated August 11th 1493, made him count of the village and land of Gazaua (situated in the mountains to the east of Ksar el-Kebir), donating him the corresponding territory and 2 000 *coroas* a year. On the same date, he appointed him chief captain of all the persons and people he recruited in the parts of France and Germany, with payment of wages and the charter of ships, for “a nossa passagem e conquista de África e reino de Fez, quando com a ajuda de Nosso Senhor Deus nós em pessoa [...] a tão honrada empresa passarmos” (Cenival, 1934, p. 37). The French nobleman then departed for his country and never returned to Portugal because he became involved in wars that took place there. His time in Portugal, as Dias Farinha points out, “had enlivened the *Príncipe Perfeito's* African projects and had served to divulge throughout Europe the conquests undertaken against the infidels” (Farinha, 1990, I, p. 179).

*

In contrast to Bernard Rosenberger, who like so many other authors, highlights King João II's interest in the exploration of the Atlantic with a view to reaching India, underestimating his commitment to the North African project (Rosenberger, 1987, p. 68-70), we believe that the successive African military expeditions sponsored by the king, between 1487 and 1490, prove otherwise. As a matter of fact, we do agree with Rosenberger, but without recognising any rupture with King João II, when he states that “in the eyes of the Portuguese sovereigns and leaders, during the 15th and early 16th centuries, the struggle against Islam in the Maghreb was a foremost task” (Rosenberger, 1987, p. 59).

An overall appraisal of the Moroccan politics of King João II allows us to conclude that the king followed the strategic guidelines already implemented by his

*

Ao contrário de Bernard Rosenberger, tal como tantos outros autores, que dá maior proeminência ao interesse de D. João II pela exploração do Atlântico tendo em vista chegar à Índia, desvalorizando o seu empenhamento no projeto norte-africano (Rosenberger, 1987, p. 68-70), pensamos que as sucessivas expedições militares que aí promoveu, entre 1487 e 1490, desdizem tal asserção. Na verdade, pensamos, concordando com o mesmo autor, mas não identificando qualquer ruptura com D. João II, que "aux yeux des souverains et des dirigeants portugais, au XV^e et encore au début du XVI^e siècle, la lutte contre l'Islam au Maghreb a été une tâche de premier plan" (Rosenberger, 1987, p. 59).

Uma apreciação global sobre política marroquina de D. João II permite concluir-se ter ela seguido orientações estratégicas já implementadas por seu pai, D. Afonso V, nos anos finais do seu reinado. Possivelmente, algumas delas resultando já da participação do Príncipe, pois, como se sabe, desde cedo o pai o associou ao exercício do poder, além de ter assumido a regência do reino em duas ocasiões (1475-1476 e 1476-1477).

Fundamentais para as opções tomadas por D. João II no processo expansionista no Norte de África, foram dois tratados internacionais, firmados também no tempo de D. Afonso V, que deram enquadramento político e jurídico à intervenção portuguesa em Marrocos. Referimo-nos, por um lado, ao já sobejamente citado acordo de 1471 entre D. Afonso V e Mulei Xequê (em vésperas de se tornar rei de Fez e fundador da dinastia oatácida), pelo qual foram estabelecidas tréguas, restringidas aos lugares chãos e descercados, podendo, no entanto, cada uma das partes atacar e tomar povoações e lugares fortificados, sem que essas tréguas fossem rompidas e, talvez mais significativo, foram reconhecidas por Mulei Xequê as conquistas portuguesas de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, com todos os seus termos, lugares, aldeias (Pina, 1977b, p. 826; Góis, 1977, p. 74; Rodrigues, 1915, I, p. 100). E, por outro lado, ao Tratado de Alcáçovas/Toledo, firmado, em 1479/1980, entre os Reis Católicos, Fernando e Isabel, de Espanha e D. Afonso V e o príncipe D. João de Portugal, em que pela parte dos primeiros era aceite que o direito à conquista do reino de Fez pertencia à coroa portuguesa. Assegurou-se, assim, uma relativa tranquilidade, quer nas relações com Marrocos quer com Castela que abdicou das suas pretensões à conquista deste território.

É apoiado neste enquadramento que D. Afonso V procura alargar a área de intervenção portuguesa no reino de Fez, através de várias cartas de doação: em 1473, a cidade de Anafé e seu termo é doada ao duque de Viseu, filho do infante D. Fernando (Farinha, 1990, III, p. 27-29); e, no ano seguinte, Larache é doada a D. Fernando, duque de Guimarães, especificando ficar este lugar na limitação das tréguas celebradas com Mulei Xequê, na condição de o povoar no prazo de três anos (Farinha, 1990, III,

father, King Afonso V, in the final years of his reign. Actually, it is not unlikely that some of them resulted from the participation of the Prince, because, as is well known, his father soon associated him to the exercise of power; besides, he took over the regency of the kingdom on two occasions (1475-1476 and 1476-1477).

Two international treaties, also signed in the days of King Afonso V, were fundamental to the choices made by King João II concerning the expansionist process in North Africa, and provided a political and legal framework for Portuguese intervention in Morocco. We are referring, on one hand, to the already mentioned 1471 agreement between Afonso V and Muhammad al-Shaykh (on the eve of becoming the king of Fez and the founder of the Wattasid dynasty), by which a truce was established. This truce was restricted to flat and unwallled settlements, whereby both sides could attack and take fortified settlements without breaking the truce. Moreover, and perhaps more significantly, the Portuguese conquests of Ceuta, Ksar el-Seghir, Asilah and Tangiers were recognized by Muhammad al-Shaykh, including all their territories, localities and villages (Pina, 1977b, p. 826; Góis, 1977, p. 74; Rodrigues, 1915, I, p. 100). And, on the other hand, the Treaty of Alcáçovas/Toledo, signed in 1479/1980 between the Catholic Kings of Spain, Fernando and Isabel, and King Afonso V and Prince Dom João de Portugal, by which the former accepted that the right to conquer the kingdom of Fez belonged to the Portuguese Crown. This ensured a relative tranquillity, both in the relations with Morocco and with Castile, the latter renouncing its ambitions of conquering this territory.

In this framework, King Afonso V sought to expand the Portuguese area of intervention in the kingdom of Fez, by means of several letters of donation: in 1473, the city of Anafé and its territory was donated to the duke of Viseu, the son of Infante Dom Fernando (Farinha, 1990, III, p. 27-29); in the following year, Larache was donated to Dom Fernando, the duke of Guimarães, specifying that this place was situated on the boundary of the truce signed with Muhammad al-Shaykh and on the condition that it should be populated within a period of three years (Farinha, 1990, III, p. 89-90); and the village of Tétouan was donated to Álvaro Teixeira, a knight of the Royal House, with "lordship and command of all the Moors who live, work and breed in the said village and its territory", under the obligation of populating it within a period of five years (Farinha, 1990, III, p. 145-146).

In essence, the aim was to establish positions within the fluid boundaries of the demarcation of the kingdom of Fez, under the 1471 agreement. Ultimately, the attempt to build the fortress of Graciosa, despite its own specific characteristics, is a part of this project. It reveals a plan to move further inland, since "if King João II had wished for the simple domination of an anchorage, he would have chosen the area of the Lucus River estuary, where, on the left bank, the depopulated

p. 89-90); e a vila de Tetuão é doada a Álvaro Teixeira, cavaleiro da casa real, com "senhorio e mando de todos os mouros que na dita vila e seu termo morarem, lavrarem e criarem", com obrigação de a povoar no prazo de cinco anos (Farinha, 1990, III, p. 145-146).

No fundo, procurava-se marcar posições, ao abrigo do acordo 1471, nos limites fluidos de demarcação do reino de Fez. Em última análise, nesta linha se inscreve, embora com especificidades próprias, a tentativa de construção da fortaleza da Graciosa, empreendimento que denuncia o plano de avançar para o interior, pois "se D. João II desejasse o simples domínio de um ancoradouro, teria escolhido a zona do estuário do rio Lucos, onde, na margem esquerda se situava o lugar des-povoada de Larache, ou o sítio de Xames, na margem direita que fora o assento da antiga Lixus" (Farinha, 1999, p. 28).

Paralelamente, começou a desenhar-se uma estratégia que o mesmo autor designa "fase de senhorio", em que os portugueses, aproveitando-se da fragmentação política das regiões centro e sul do território marroquino e da situação de insegurança de algumas cidades marítimas que se tinham emancipado do reino de Fez ou do emirado de Marráquexe [Marrākush], vão criando "zonas de suserania", em que o elemento dinamizador foi o das relações comerciais e diplomáticas. Tal aconteceu, sobretudo, à medida que certas produções marroquinas, nomeadamente o trigo, os cavalos e os têxteis (*hambels*, *haiks* e *djebalas*), se foram afirmando como mercadorias de troca essenciais para a obtenção de escravos e ouro na África subsariana ou no golfo Guiné, através da feitoria portuguesa de Arguim e, mais tarde, da de S. Jorge da Mina (Ricard, 1955a, p. 100-101). Deste modo, ainda no reinado de D. Afonso V é realizado um contrato com a cidade de Safim, renovado por D. João II, em 1488, no qual, os habitantes da cidade, a troco da garantia da protecção e de oferta de condições de comércio em Portugal semelhantes às que gozavam os mercadores portugueses, reconheciam a suserania da Coroa Portuguesa, comprometendo-se ao pagamento de um tributo anual e a ceder na cidade espaço adequado para o funcionamento de uma feitoria (Cenival, 1934b, p. 25-30). Contrato similar seria feito por D. João II com a cidade de Azamor, em 1486 (Cenival, 1934b, p. 1-8). Um pouco depois, mais a norte, na Enxovia, há informação atestando a existência de um comércio regular entre Anafé e Portugal, desde cerca de 1465 (Ricard, 1955a, p. 92-93). Mais tarde, já no reinado de D. João II, esta relação comercial estreita-se, através do estabelecimento de relações diplomáticas com o já mencionado Mulei Belfageja, senhor da Enxovia, testemunhadas quer aquando da missão aí desempenhada, c. 1486, por Pero da Covilhã para a compra de cavalos (Ricard, 1955a, p. 82-83), quer, um ano depois, aquando da expedição punitiva de Diogo de Almeida, em 1487, visando alguns aduares da região, revoltados contra este senhor, na sequência da qual Mulei Belfageja mandou embaixada a D. João II, agradecendo-lhe e oferecendo-se a seu serviço para sempre (Pina, 1977a, p. 943; Resende, 1999, p. 100).

town of Larache was located, or the Xames site, on the right bank, the location of the ancient city of Lixus" (Farinha, 1999, p. 28).

Simultaneously, a strategy referred to by this author as "the seignior phase" began to be drawn up, by which the Portuguese, taking advantage of the political fragmentation of the central and southern regions of the Moroccan territory and of the insecure situation of some maritime cities emancipated from the kingdom of Fez or the emirate of Marrakesh [Marrākush], were creating "suzerainty areas". The commercial and diplomatic relations were the dynamic element of these areas, even more so because a number of Moroccan products, namely wheat, horses and textiles (*hambels*, *haiks* and *djebalas*), were becoming essential trading commodities for obtaining slaves and gold in sub-Saharan Africa or the Gulf of Guinea, through the Portuguese factory of Arguin and, later on, the São Jorge da Mina factory (Ricard, 1955a, p. 100-101). Thus, still during the reign of King Afonso V, a contract was signed with the city of Safi and renewed in 1488 by King João II, by which the inhabitants of the city recognised the sovereignty of the Portuguese Crown, in exchange for a guarantee of protection and trade conditions in Portugal similar to those of the Portuguese merchants. Furthermore, the inhabitants had to pay an annual tax and provide adequate space for the operation of a factory in the city (Cenival, 1934b, p. 25-30). A similar contract would be signed by King João II with the city of Azemmour in 1486 (Cenival, 1934b, p. 1-8). A little later and further north, in Enxovia, some information attests to the existence of regular trade between Anafé and Portugal, roughly since 1465 (Ricard, 1955a, p. 92-93). Later on, during the reign of King João II, this commercial relationship became closer, through the establishment of diplomatic relations with the aforementioned Mulei Belfageja, lord of the Enxovia. These relations were witnessed both at the time of Pero da Covilhã's mission for the purchase of horses, ca. 1486 (Ricard, 1955a, p. 82-83), and a year later, at the time of the punitive expedition of Diogo de Almeida, in 1487, against some of the *aduares* of this region, in revolt against the local lord, following which Mulei Belfageja sent an embassy to King João II, thanking him and pledging himself to his service for ever (Pina, 1977a, p. 943; Resende, 1999, p. 100).

In fact, the same strategy was used in another region of North Africa, outside the boundaries of the kingdom of Fez. The same happened with Tlemcen [Tilimsān], to the east of present-day Morocco, with which the Portuguese Crown has established diplomatic and commercial relations since 1481 (Farinha, 1990, III, p. 149-159), and where a factory was established, in Oran; only one documentary source refers to this factory, attesting that it operated at least between 1483 and 1487 (Ricard, 1955b, p. 193-201).

Aliás esta mesma estratégia foi utilizada noutra região do norte de África, fora dos limites do reino de Fez. O mesmo aconteceu com Tremecém [Tilimsân], a leste do atual Marrocos, com o qual a coroa portuguesa estabeleceu relações diplomáticas e comerciais, desde 1481 (Farinha, 1990, III, p. 149-159), e onde estabeleceu uma feitoria, em Orão, sobre a qual só existe uma fonte documental, atestando que ela funcionou, pelo menos, entre 1483 e 1487 (Ricard, 1955b, p. 193-201).

Assim, pode afirmar-se que com D. João II se consolida e aprofunda uma política marroquina, esboçada, já com a sua intervenção, no final do reinado de D. Afonso V, caracterizada não só pela continuação do projeto de conquista, mas também por uma presença de contornos pacíficos, a solicitação de entidades locais. Uma presença vinculada por interesses comerciais que, em última análise, decorre de circunstâncias políticas locais e da constante pressão militar portuguesa sobre o reino de Fez.

Em conclusão, no reinado de D. João II, o projeto marroquino articula-se claramente com os interesses económicos da coroa portuguesa para sul do cabo Bojador. Como já assinalou Robert Ricard, não é por acaso que a segunda parte do Tratado de Tordesilhas, firmado com os Reis Católicos em 1494, se dedica às questões de Marrocos e das terras desde “el cabo Bujador para abaxo contra Guinea” (Fonseca & Ruiz Asencio, 1995, p. 143), como se de um bloco único se tratasse (Ricard, 1955a, p.103). Deste modo, fruto das circunstâncias e/ou da perspicácia de D. João II, a expansão portuguesa no Norte de África deixa de ser entendida de forma isolada e passa a ser parte integrante de um projeto imperial mais vasto. Aliás, como também já notou Robert Ricard, “le Maroc n’apparaît plus comme une pièce secondaire du système, mais au contraire comme un élément essentiel” (Ricard, 1955a, p. 105).

Thus, it can be stated that a Moroccan policy was consolidated and deepened under King João II, already outlined, with his contribution, by the end of the reign of King Afonso V. This policy was characterized not only by the continuity of the project of conquest, but also by the peaceful contours of the Portuguese presence, at the request of local entities. A presence bound by commercial interests that ultimately stems from local political circumstances and the constant Portuguese military pressure on the kingdom of Fez.

To conclude, during the reign of King João II, the Moroccan project was clearly combined with the economic interests of the Portuguese Crown, south of Cape Bojador. As Robert Ricard has already pointed out, it was not by chance that the second part of the Treaty of Tordesillas, signed with the Catholic Kings in 1494, was devoted to the issues concerning Morocco and the lands from “el cabo Bujador para abaxo contra Guinea” (Fonseca & Ruiz Asencio, 1995, p. 143), as if they were a single block (Ricard, 1955a, p.103). Thus, as a result of the circumstances and/or the insight of King João II, the Portuguese expansion in North Africa was no longer understood as an isolated matter and became an integral part of a larger imperial project. Moreover, as Robert Ricard has also pointed out, “Morocco no longer appears as a secondary part of the system, but rather as an essential element” (Ricard, 1955a, p. 105).

BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRAPHY

ADAM, André (1968) – *Histoire de Casablanca, des origines à 1914*. Gap: Éditions Ophrys.

AFRICAN, Jean Leon (1556) – *Description de l’Afrique Tierce Partie du Monde*. Tome Premier. Lyon: Jean Temporal.

AFRICANO, Giovan Lioni (1550) – La Descrittione dell’Africa. In RAMUSIO, Giovanni Baptista, *Delle Navigatione et Viaggi*. Vol. I. Venetia: Appresso gli heredi di Lvcantonio Givnti, fl. 1-103v.

ANÓNIMO (1909) – *Une Description du Maroc sous le Règne de Moulay Ahmed el-Mansour (1596) D’Après un Manuscrit Portugais de la Bibliothèque Nationale* (Comte Henry de Castries). Paris: Ernest Renoux, Éditeur.

BOUCHARB, Ahmed (2010) – La conquête portugaise du littoral marocain d’après les sources marocaines. In CRUZ, Maria Augusta Lima & LOUREIRO, Rui Manuel (eds.), *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, p. 51-57.

CASTRIES, Henry de (1920) – Graciosa, une ville portugaise oubliée au Maroc. *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 64^e année, N.º 5, p. 417-422.

CENIVAL, Pierre de (1934a) – René de Châteaubriand, Comte de Guazau au Royaume de Fés, 1493. *Hespéris*, XIX, fasc. I-II. Paris: Librairie Larose, p. 27-37.

CENIVAL, Pierre de (1934b) – *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc. Première Série: Dynastie Sa’dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*. Tome I. Paris: Paul Geuthner.

COELHO, P. M. Laranjo (1943) – *Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D. João II*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORREIA, Jorge (2008) – *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

DE WITTE, Charles Martial (1958) – Une lettre inédite du Roi Jean II au Pape Innocent VIII sur l’Affaire de Graciosa. *Stvdia*, n.º 1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, p. 90-100.

FARINHA, António Dias (1987) – Plantas de Mazagão e Larache no início do século XVII. In DOMINGUES, Francisco Contento & BARRETO, Luís Filipe (eds.), *A Abertura do Mundo: Estudos de História dos Descobrimentos Europeus*. Vol. II. Lisboa: Presença, p. 159-166.

FARINHA, António Dias (1990) – *Portugal e Marrocos no século XV*. (Dissertação de doutoramento não publicada). Vols. 1-3. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- FARINHA, António Dias (1999) – *Os Portugueses em Marrocos*. [Lisboa]: Instituto Camões.
- FIGUIGUI, Hassan al- (2010) – Toponymie des sites dans le Nord-Ouest marocain d'après les sources portugaises. In CRUZ, Maria Augusta Lima & LOUREIRO, Rui Manuel (eds.), *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, p. 67-78.
- FONSECA, Luís Adão da & RUIZ ASENCIO, José Manuel (ed.) (1995) – *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas.
- FONSECA, Luís Adão da (2005) – *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1915) – *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*. Lisboa: Livraria Ferin & Torres e C.^{ta}.
- FREITAS, Frei Serafim de (1625) – *De Ivsto Imperio Lvsitanorum Asiatico*. Valhadolid : Tipografia de Jerónimo Morillo.
- FRUTUOSO, Gaspar (1998) – *Livro Segunda das Saudades da Terra*. (Jerónimo Cabral ed.). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- GARCIA FIGUERAS, Tomás (1941) – *Expedición de los portugueses al río de Larache y fundación de la fortaleza de "La Graciosa", en el Lukus (1849) [i.e. 1489] (datos para su estudio)*. [Larache]: Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Árabe.
- GÓIS, Damião de (1977) – *Crónica do Príncipe D. João* (Graça Almeida Rodrigues ed.). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- LANE, Edward William (1968) – *An Arabic-English Lexicon*. Part II, IV & VII. Beirut: Librairie du Liban.
- LOPES, David (1931) – Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e D. João II. In PERES, Damião & CERDEIRA, Eleutério, *História de Portugal*. Vol. III. Barcelos: Portucalense Editora, p. 433-452.
- LOPES, David (1937) – Novas Conquistas nos séculos XV e XVI. In BAIÃO, António, CIDADE, Hernani & MURIAS, Manuel (eds.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Vol. I. Lisboa : Editorial Ática, p. 143-168.
- MARCEL, Jean Joseph (1885) – *Dictionnaire Français-Arabe des Dialectes Vulgaires d'Algérie, de Tunisie, du Maroc et d'Égypte*. (Cinquième Édition). Paris: Maisonneuve, Frères et Ch. Leclerc Editeurs.
- MARMOL CARVAJAL, Luis (1573) – *Libro Tercero y Segvndo Volvmen de la Primera Parte de la Descripcion General de Affrica [...]*. Granada: En casa de Rene Rabut impressor de libros.
- MARQUES, Miguel da Silva (2001) – *Cartografia Antiga: Tabela de Equivalência de Medidas: Cálculo de Escalas e Conversão de Valores de Coordenadas Geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1882) – *História de Portugal*. Vol. I. (3.^a edição). Lisboa: Livraria Bertrand.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1891) – *Os Filhos de D. João I*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MARTINS, Oliveira (1896) – *O Príncipe Perfeito*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.
- MENDONÇA, Manuela (1995) – *D. João II : Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. (2.^a edição). Lisboa: Editorial Estampa.
- PEREIRA, Duarte Pacheco (1991) – *Esmeraldo De Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira* (Joaquim Barradas de Carvalho dir.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PINA, Rui de (1977a) – *Chronica del Rey D. João II*. In PINA, Rui, *Crónicas* (M. Lopes de Almeida intr. & notas). Porto: Lello & Irmão Editores, p. 883-1033.
- PINA, Rui de (1977b) – *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. In PINA, Rui, *Crónicas* (M. Lopes de Almeida intr. & notas). Porto: Lello & Irmão Editores, p. 577-881.
- REGO, A. da Silva (1971) – *As Gavetas da Torre do Tombo*. (Vol. IX). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- RESENDE, Garcia de (1994) – Vida e feitos d'el rey D. João Segundo. In *Livro das obras de Garcia de Resende* (Evelina Verdelho ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 127-456.
- RICARD, Robert (1955a) – Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais au XV^e et XVI^e siècles. In *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra: Por ordem da Universidade, p. 81-114.
- RICARD, Robert (1955b) – La factorerie portugaise d'Oran (1483-1487). In *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*. (p. 193-201). Coimbra : Por ordem da Universidade.
- RICARD, Robert (1955c) – Le Maroc septentrional au XV^e siècle d'après les chroniques portugaises d'Oran. In *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra: Por ordem da Universidade, p. 3-78.
- RODRIGUES, Bernardo (1915) – *Anais de Arzila : Crónica Inédita do Século XVI* (David Lopes dir.). Tomos I e II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- ROSENBERGER, Bernard (1987) – Le Portugal et l'Islam Maghrebin (Xv^e-XVI^e siècles). In *Histoire du Portugal: Histoire Européenne: Actes du Colloque (Paris, 22-23 mai 1986)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, p. 59-83.
- ROSENBERGER, Bernard (1993) – La croisade africaine et le pouvoir royal au Portugal au XVe siècle. In *Genèse de l'État moderne en Méditerranée. Approches historique et anthropologique des pratiques et des représentations. Actes des tables rondes internationales tenues à Paris (24-26 septembre 1987 et 18-19 mars 1988)*. Rome: École Française de Rome, p. 329-348.
- SAMPAYO, Christoual Ferreira y (1626) – *Vida y Hechos del Principe Perfeto Don Ivan Rey de Portvgal segvndo deste nombre*. Madrid: Viúva de Alonso Martin.
- SANCEAU, Elaine (1959) – *D. João II* (António Álvaro Dória, trad.). (2.^a ed.). Porto: Livraria Civilização.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979) – *História de Portugal*. Vol. II. (2.^a edição revista). Lisboa : Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joel (1985) – Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. In SERRÃO, Joel (ed.), *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, p. 210-217.
- SILVA, Inocêncio Francisco da & ARANHA, Brito (1870) – *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Vol. IX. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1859) – *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos Applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SYLVIO, Emmanuele Tellesio (1689) – *De Rebus Gestis Joannis II Lusitanorum Regis, Optimi Principis Nuncupati*. Lisboa: Oficina de Miguel Menescal e Tipografia do Santo Ofício.
- TISSOT, Charles (1876) – *Itinéraire de Tanger a Rbat'*. Paris: Librairie Ch. Delagrave.
- TISSOT, Charles (1877) – *Recherches sur la Géographie Comparée de la Maurétanie Tingitane*. Paris: Imprimerie Nationale.
- VASCONCELOS, D. Agustín Manuel y (1639) – *Vida y Acciones del Rey Don Ivan el Segundo, Decimotercio de Portugal*. Madrid: Imprensa de Maria Quiñones.
- VEGA, Lope de (1618) – *Comedia Famosa del Principe Perfeto*. In VEGA, Lope de, *Onzena Part de las Comedias de Lope de Vega Carpio, Familiar del Santo Oficio*. Madrid: Viúva de Alonso Martin de Balboa, fl. 122v-147v.
- YUSTE, Antonio (1942) – La isla Gezira, el Templo de Hércules y el Jardín de las Hespérides. *O Instituto. Revista Científica e Literária*, 100. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 672-695.